



DESAFIOS FAZEM PARTE DA NOSSA
NATUREZA
RELATÓRIO ANUAL DO NUCLEOS - 2012

Há 15 anos a gente cuida do seu dinheiro para que você possa se dedicar ao que realmente importa.

nbs

A SulAmérica Investimentos possui equipe especializada para atender às suas necessidades, oferecendo um portfólio de produtos diferenciados, com experiência e estratégia consistentes. Hoje, a SulAmérica Investimentos é uma das maiores e mais confiáveis gestoras independentes de recursos do país. Credibilidade atestada pela Standard & Poor's que classificou a empresa pelo quarto ano consecutivo como AMP-1 Muito Forte*, a melhor classificação na escala de *ratings* da agência. Com solidez, transparência e excelência, a SulAmérica Investimentos está pronta para os próximos 15 anos de compromisso na gestão dos seus recursos.



SulAmérica
associada ao ING



A presente instituição aderiu ao
Código ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento.

Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos-FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação de performance dos fundos de investimentos, é recomendável a análise de um período de, no mínimo, 12 meses. *AMP-1 (Muito Forte): classificação atribuída às práticas de administração de recursos de terceiros (AMP - Asset Management Practices), publicada pela Standard & Poor's ao mercado em 6/7/2009 e reavaliada em comunicado emitido em 5/10/2010, 24/10/2011 e 6/12/2012. Mais informações podem ser obtidas no site www.standardandpoors.com.br.

RELATÓRIO ANUAL NUCLEOS 2012



Este relatório foi produzido com 100% de apoio financeiro dos anunciantes.

SUMÁRIO

- ADMINISTRAÇÃO
- FATOS IMPORTANTES DO NUCLEOS EM 2012
- MENSAGEM DA DIRETORIA
- POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO
 - 1. Política da administração
 - 2. Certificação
 - 3. Código de conduta e ética
 - 4. Controles internos e ISO 9001:2008
 - 5. Sistema corporativo
 - 6. Despesas administrativas
 - 7. Auditoria da Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
- POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
 - 1. Política de investimentos
 - 2. Asset Liability Management – ALM
 - 3. Considerações sobre o cenário econômico – 2012
- 4. Alocação de ativos
- 5. Fundos exclusivos
 - 5.1 Nucleos I
 - 5.2 Nucleos II
 - 5.3 Nucleos III
 - 5.4 Nucleos IV
 - 5.5 Nucleos V
- 6. Fundo de Investimento em participações
 - 6.1 Concessionária Rio – Teresópolis – CRT
 - 6.2 Energia PCH
- 7. Carteira própria
- 8. Empréstimos a participantes
- 9. Imóveis
- 10. Despesas com os investimentos
- 11. Informações gerais
- 12. Considerações finais

“
Nada é
permanente,
salvo a
mudança.

Heráclito”

- GESTÃO PREVIDENCIAL
 - 1. Informações gerais sobre o PBB
 - 1.1 Participantes ativos
 - 1.2 Novos participantes
 - 1.3 Participantes assistidos
 - 1.4 Contribuições previdenciais
 - 1.5 Pagamento de benefícios
 - 2. Avaliação atuarial
 - 2.1 Premissas utilizadas na avaliação atuarial
 - 3. Dívidas das patrocinadoras
 - 3.1 Patrocinadora INB
 - 3.2 Patrocinadora Nuclep
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
- PARECERES
 - 1. Parecer dos auditores independentes
 - 2. Parecer atuarial
- 3. Parecer do Conselho Fiscal
- 4. Parecer do Conselho Deliberativo
- POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DO NUCLEOS
 - 1. Certificações
 - 2. Participação nas Comissões da Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
- LISTAGEM DOS COMUNICADOS EXPEDIDOS E DAS EDIÇÕES DOS INFORMATIVOS NUCLIN E NUCLIN EXPRESS
 - 1. Comunicados
 - 2. Edições do Nuclin
 - 3. Edições do Nuclin Express

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORES



Norman Victor Walter Hime -
Presidente e
*Diretor de Benefícios (interino)**
Eletronuclear

(*) De acordo com o Estatuto do Nucleos em vigor, em seu artigo 40, § 10, o inciso I dispõe que: "Durante o período de vacância do cargo de diretor de Benefícios, suas funções serão exercidas, interina e cumulativamente, pelo presidente da Diretoria Executiva, até a posse do novo diretor de Benefícios eleito".



Luiz Cláudio Levy Cardoso -
Diretor Financeiro
INB

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES



Ângela Maria Gomes Langone - Presidente
Eletronuclear



Paulo César da Rocha Dantas
INB



André Luiz Fernandes de Almeida
Nuclep



Nelson Ramos Nogueira Filho
INB - repr. eleito pelos participantes



Carlos Fernandes
Eletronuclear - repr. eleito pelos participantes



Hermínio de Aguiar Caldeira
INB - repr. eleito pelos participantes

SUPLENTES

Armindo D'Ascenção Silva
Eletronuclear

Carlos Alberto de Oliveira
INB

Clézio dos Santos Oliveira
Nuclep

Roberto Dias Saraiva
INB - repr. eleito pelos participantes

José Pereira Nascimento
Eletronuclear - repr. eleito pelos part.
Carlos Eduardo Del Negro Sansone
Eletronuclear- repr. eleito pelos
participantes | *Em exercício

CONSELHO FISCAL

TITULARES



Elizabeth Taveira Ramos - Presidente
INB - repr. eleito pelos participantes



André Ribeiro Mignani
Eletronuclear - repr. eleito pelos participantes



Ezequiel Torres Gaspar
Nuclep



Pedro Francisco Dias Calheiros Boite
INB

SUPLENTES

Aluízio Borges
Nucleos - aposentado - repr. eleito pelos part.

Luiz Carlos Moreira André
Eletronuclear - repr. eleito pelos part.

Jorge Teixeira da Silva
Nuclep

Thiago Almeida Ferreira
INB

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS - CCI

MEMBROS



**Carlos Eduardo Del Negro
Sansone - Coordenador**
Eletronuclear



**Norman Victor Walter Hime -
Presidente e
Diretor de Benefícios (interino)**
Eletronuclear



Nelson Ramos Nogueira Filho
INB



**Luiz Claudio Levy Cardoso -
Diretor Financeiro**
INB



Rosângela Vieira Paes da Silva
Nuclep

FATOS IMPORTANTES DO NUCLEOS EM 2012

JANEIRO

1. Novo portal do Nucleos na internet entrou no ar • janeiro/2012

Com o objetivo de oferecer aos seus participantes ferramentas adicionais de uso e fácil acesso ao seu banco de dados, o Nucleos desenvolveu em 2012 uma ampla reformulação do seu portal na internet. O layout ficou mais limpo e moderno, com recursos eletrônicos que promovem maior interação entre o usuário e o Instituto.

2. Mudança do Administrador Fiduciário dos Fundos Exclusivos e Carteiras • 1º/01/2012

O Nucleos, no dia 31 de dezembro de 2011, contratou a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para ser o Administrador Fiduciário dos seus Fundos Exclusivos e Carteiras a partir de 1º de janeiro de 2012, com o objetivo de buscar a segregação das funções e atividades de custódia, controladoria e administração, o que se traduz em minimização de riscos operacionais e legais.

A BEM DTVM é uma empresa 100% do Grupo Bradesco, que atua de forma independente e totalmente segregada das demais áreas do banco e devidamente habilitada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3. Participantes elegeram mais um representante para o Conselho Fiscal • 23/01/2012

No dia 23 de janeiro de 2012 foi concluído o período de votação para escolha de um novo membro (e de seu respectivo suplente) para o Conselho Fiscal do Nucleos. A

Chapa 1 se saiu vitoriosa, tendo como titular André Ribeiro Mignani e suplente, Luiz Carlos Moreira André, ambos da Eletronuclear e empossados no dia 6 de fevereiro do mesmo ano.

FEVEREIRO

4. Presidente e diretor Financeiro foram reconduzidos para novo mandato • 10/02/2012

Com o apoio das patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep, o presidente do Nucleos, Norman Victor Walter Hime, e o diretor Financeiro da entidade, Luiz Claudio Levy Cardoso, foram reconduzidos, por decisão unânime do Conselho Deliberativo, para um novo mandato de três anos (de 2012 até 2015). A decisão tomada levou em consideração o trabalho que tem sido realizado pela atual Diretoria Executiva do Instituto – de acordo com o colegiado, um trabalho sempre calcado numa gestão transparente e altamente técnica, com foco em resultados que asseguram o cumprimento dos compromissos assumidos com seus participantes.

5. Eleições para diretor de Benefícios • 29/02/2012

No dia 29 de fevereiro de 2012, o Nucleos deu início ao processo eleitoral para escolha do diretor de Benefícios para o triênio 2012-2015. As regras e todas as informações referentes às diferentes etapas da eleição foram disponibilizadas aos participantes no portal do Nucleos na internet e através de outros canais de comunicação do Instituto.

ABRIL

6. Alteração na Presidência do Conselho Fiscal • 03/04/2012

A partir do dia 3 de abril de 2012, o Conselho Fiscal passou a ser presidido pela conselheira Elizabeth Taveira Ramos, representante eleita pelos participantes e assistidos. A decisão foi tomada pelos membros do Conselho Fiscal eleitos pelos participantes e assistidos, conforme prevê a legislação em vigor e o Estatuto Social.

7. Justiça condenou ex-dirigentes do Nucleos por prejuízo de R\$ 28,5 milhões • 24/04/2012

Em abril de 2012, o Nucleos recebeu a notícia de que a Justiça Estadual do Rio de Janeiro condenara três ex-diretores do Instituto – gestores entre agosto de 2003 a agosto de 2005 – ao resarcimento do prejuízo causado à entidade no valor de R\$ 28,5 milhões. A condenação foi em primeira instância e é passível de recursos.

O prejuízo, ocorrido entre 2004 e 2005, foi decorrente da aquisição de títulos públicos federais de longo prazo no mercado secundário, com ágio em relação aos preços corretos então praticados pelo mercado, e foi apurado pelo perito designado pelo juízo. O valor da condenação será atualizado monetariamente, desde a citação, acrescido de juros legais de 1% ao mês, conforme os termos da decisão judicial.

Os referidos dirigentes já haviam sido condenados administrativamente por tais atos pelo órgão de fiscalização do Governo Federal, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

8. Mudança na Presidência do Conselho Deliberativo • 25/04/2012

No dia 25 de abril, a conselheira Maria Aparecida da Silva, representante da pa-

trocinadora Nuclep, transmitiu o cargo de presidente do Conselho Deliberativo do Nucleos à conselheira Ângela Maria Gomes Langone, representante da patrocinadora Eletronuclear. Diferentemente do ocorrido no Conselho Fiscal, a decisão foi tomada pelos membros titulares, representantes das três principais patrocinadoras – Eletronuclear, INB e Nuclep – conforme também previsto na legislação em vigor e no Estatuto Social da entidade.

9. Novo plano de custeio para 2012 • 24/04/2012

Em função dos aumentos salariais concedidos pelas patrocinadoras com percentuais superiores aos patamares fixados nas previsões anuais de 2010 e 2011, o plano de custeio (que entrou em vigor em abril de 2012) exigiu um aumento nas contribuições dos participantes ativos do Nucleos também acima do previsto – embora num nível inferior ao praticado pelos principais fundos de pensão do Sistema Eletrobrás. A medida, aprovada pelo Conselho Deliberativo no dia 10 de fevereiro de 2012, se fez necessária em função do artigo 6º da Lei Complementar 108/01, que prevê a paridade no valor da contribuição dos participantes ativos e de suas patrocinadoras. Como não houve alterações nos valores das aposentadorias naqueles dois anos, não ocorreram mudanças nos níveis das contribuições dos participantes assistidos.

MAIO

10. Renúncia no Conselho Deliberativo • 15/05/2012

Em 15 de maio de 2012, Maria Aparecida da Silva renunciou ao seu cargo de membro do Conselho Deliberativo em face de sua aposentadoria e consequente desligamento como funcionária da patrocinadora Nuclep.

JUNHO

11. Nucleos mantém Norma ISO 9001:2008 até 2015 • 15/06/2012

Entre os dias 13 e 15 de junho de 2012, o Nucleos passou pela terceira vez por auditoria da empresa Bureau Veritas Certification – BVC, líder mundial em certificação de Qualidade, e manteve a certificação da Norma ABNT NBR ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade para o período de 2012 a 2015. Esta certificação – com validade até o dia 13 de julho de 2015 – abrange o escopo Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Elogiada pelo auditor-líder da BVC, Marcos Santos Vahia de Abreu, a equipe do Instituto demonstrou ao longo do exercício grande capacidade para superação de dificuldades, esforço e espírito de união, além de total cooperação entre seus membros. Tudo isto associado ao alto profissionalismo e à competência que, nos últimos anos, têm definido a entidade. A excelência nos serviços oferecidos aos participantes é o foco do Nucleos e, portanto, a especialização e a qualificação do seu corpo técnico, bem como de sua administração, são características que, como atestou a BVC, nunca poderão ficar em segundo plano.

12. Maria Aparecida da Silva foi eleita para a Diretoria de Benefícios • 27/06/2012

Com a maioria dos votos, a candidata Maria Aparecida da Silva foi eleita diretora de Benefícios para o triênio 2012-2015; seguindo o cronograma oficial do sufrágio, o resultado foi divulgado pela Comissão Eleitoral do Nucleos no dia 27 de junho de 2012.

13. Fechamento contábil do primeiro semestre • 30/06/2012

A rentabilidade do primeiro semestre de 2012 foi de 11,77%, contra um mínimo atuarial de 5,59%, o que propiciou um ganho

líquido de R\$ 80 milhões para os investimentos do Instituto.

14. Nucleos subiu no ranking da Abrapp • junho/2012

A edição de junho de 2012 do consolidado estatístico da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp e do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Sindapp divulgou a nova posição do Nucleos no ranking das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC: 57º lugar.

A publicação tem como base o total do programa de investimentos, em reais, de cada uma de suas associadas – no caso do Nucleos, R\$ 1.429.127 bilhão, relativo a junho de 2012. Esta evolução positiva foi fruto, sobretudo, de decisões corretas e tecnicamente ajustadas em relação aos investimentos da entidade – como a resolução de marcar a preço de mercado os títulos públicos federais de longo prazo. Com esta estratégia, adotada pela Diretoria Executiva desde o mês de dezembro de 2010, foi possível crescer mesmo durante as últimas crises financeiras internacionais.

AGOSTO

15. Cerimônia de posse da diretora eleita • 31/08/2012

No dia 31 de agosto de 2012, foi realizada, na sede do Instituto, a cerimônia de posse da diretora de Benefícios do Nucleos eleita, Maria Aparecida da Silva. Durante o evento de passagem da pasta – antes ocupada pelo então diretor, Mário Jorge de Lima Soares – estiveram presentes, além do corpo de funcionários do Instituto, alguns convidados da diretora empossada e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

SETEMBRO

16. Nucleos lançou novo canal de comunicação entre o Nucleos e seus participantes, o Portas Abertas • 03/09/2012

Criar e disponibilizar um canal de comunicação novo, permanente e direto – além de dinâmico e transparente – entre o Nucleos e seus participantes. Foi com estes objetivos que surgiu, em setembro de 2012, o Portas Abertas. Através de contato telefônico, e-mail e/ou por meio do portal do Instituto na internet, os participantes e assistidos passaram a contar com um acesso facilitado e mais prático à entidade. Respostas a dúvidas recorrentes sobre o plano de benefícios, empréstimos, contribuições e aposentadoria, entre outros temas, chegam agora com mais rapidez e precisão.

O projeto viabiliza maior interatividade, seja em visitas agendadas às instalações do Nucleos e à sua equipe, seja, na "mão inversa", em visitas da equipe técnica do Instituto às patrocinadoras. Foi o que ocorreu nos dias 3, 12 e 19 de setembro e 23 de novembro de 2012, respectivamente, na unidade de Resende da INB, na unidade da Nuclep em Itaguaí, na de Poços de Caldas, também da INB, e na sede da Eletro-nuclear, no Rio de Janeiro.

17. Consolidado estatístico da Abrapp: Nucleos evoluiu mais duas posições • setembro/2012

Em setembro de 2012, a Abrapp e o Sindapp divulgaram o resultado do seu consolidado estatístico, e apresentaram o Nucleos, desta vez, na 55^a posição do ranking de classificação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Assim, de 2011 para 2012, o Instituto subiu cinco posições; de julho de 2005 – quando ocupava a 78^a posição – até junho de 2011, já havia subido 18 posições, passando, então, para a 60^a posição daquele ranking.

OUTUBRO

18. Palestra e dicas de especialistas marcaram Programa de Educação Financeira e Previdenciária • 3/10/2012

Do início ao final do exercício de 2012, a Diretoria Executiva do Nucleos empreendeu especial esforço no sentido de, através de ações diferentes, mas de forma contínua, desenvolver o seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária. A meta foi – e é – oferecer aos participantes uma orientação técnica adequada relacionada a estes temas de evidente importância e interesse.

O programa foi lançado oficialmente no dia 3 de outubro com a palestra "Use bem seu dinheiro e saia do vermelho", sobre Saúde Financeira. O evento foi realizado no auditório do prédio da sede do Instituto e teve a participação de um especialista em planejamento financeiro pessoal cedido pelo Itaú-Unibanco. Esta parceria com o banco visou especificamente à orientação dos participantes sobre as melhores estratégias para manter o equilíbrio do orçamento familiar, e ainda poupar para o futuro. Na plateia, estiveram participantes das patrocinadoras Eletronuclear, INB, Nuclep e do próprio Nucleos, além de participantes assistidos e membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva.

Antes disso, entretanto, o Nucleos ouviu especialistas da área econômica e financeira que, em edições especiais do Nuclin Express, no primeiro semestre de 2012, ajudaram os participantes com dicas relacionadas à declaração anual do Imposto de Renda e às mudanças provocadas no dia a dia do cidadão brasileiro com a elevação do dólar.

19. Instauração de ação penal contra ex-dirigentes • 03/10/2012

O Nucleos registrou, por meio do Comunicado 015/2012, distribuído no dia 7 de dezembro de 2012, que foi instaurada pela 5^a

Vara Federal Criminal uma ação penal em razão da denúncia formulada pelo Ministério Público Federal contra ex-dirigentes do Instituto.

DEZEMBRO

22. Motivos de ordem pessoal levaram à renúncia da diretora de Benefícios • 11/12/2012

Com uma carta dirigida a todos os participantes no dia 11 de dezembro de 2012, conforme comunicado nº 016, expedido no dia 11/12/2012 (íntegra na página 102), Maria Aparecida da Silva anunciou a sua renúncia – em caráter irrevogável e irretratável, e por motivos pessoais – ao cargo de diretora de Benefícios do Nucleos. No comunicado, Maria Aparecida agradeceu a confiança nela depositada pelos participantes e o apoio recebido de todo o corpo funcional do Instituto, destacando, em particular, a qualidade dos gestores remanescentes da Diretoria Executiva. Daquela data e até a eleição do novo diretor de Benefícios, o cargo passou a ser acumulado, como previsto no Estatuto, pelo presidente do Nucleos.

23. Resultado contábil do último trimestre do ano • 31/12/2012

O fechamento contábil, em 31 de dezembro de 2012, revelou o excelente resultado auferido no exercício de 2012: rentabilidade de 26,62%. Este resultado possibilitou um ganho adicional de R\$ 191,6 milhões, em relação à meta atuarial, que foi de 12,57%, no mesmo período.

NOVEMBRO

20. Recadastramento: para evitar erros nos cálculos e pagamentos indevidos • 05/11/2012

Em novembro de 2012, o Nucleos começou a sua mais recente campanha de recadastramento de todos os seus participantes: ativos, aposentados e pensionistas. De um lado, o Instituto atendeu à obrigatoriedade imposta a todas as entidades de previdência do País e, de outro, buscou evitar que dados equivocados provoquem diferenças nos cálculos das provisões de receita e despesa, e pagamentos indevidos de benefícios.

A campanha se estendeu até o mês de março de 2013 e foi realizada através de formulários impressos – encaminhados às residências dos participantes – e pelo portal do Instituto na internet.

21. Fiscalização da Previc concluiu: não há irregularidades no Nucleos • 09/11/2012

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, órgão federal de fiscalização dos fundos de pensão do País, executou uma ação fiscal de rotina no Nucleos durante todo o mês de outubro de 2012, abrangendo os exercícios de 2010, 2011 e 2012. O resultado final da fiscalização, recebido sob a forma de um relatório no dia 9 de novembro, foi o mesmo de 2011: não foram identificadas quaisquer irregularidades na atual gestão, referendando, assim, o trabalho dos atuais diretores, conselheiros e corpo funcional do Instituto.

NOSSA EQUIPE...



1. Suene Alves Brandão Guimarães | Comunicação
2. Ingrid Bizerril de Freitas Santos | Secretaria da Diretoria
3. Márcia Loureiro Fonseca | Atendimento
4. Deiselane M. de Alcântara | Secretaria da Diretoria
5. Isaac F. da Silva | Gerente de Controles Internos e Tecnologia
6. Rita Grazieli Eidelwein de Miranda | Secretaria da Diretoria
7. Andreia Simões Lemos Alegre | Assessora Jurídica
8. Wilson Santana Medeiros Câmara | Investimentos
9. Patrícia de Souza Campos Dias | Controles Internos
10. Kenia Merheb Diniz | Assessora de Relacionamento
11. Valéria da Rocha da Silva | Administração
12. Renato Alves Cunha | Tecnologia
13. Renato Geraldo | Financeiro
14. Fernando Martins | Financeiro
15. Clarissa Machado Froes | Atendimento
16. Fábio Jorge Alves da Silva | Segurança Sistêmica
17. Jefferson da Silva Caltemelquel Pereira | Administração
18. Marcílio de Albuquerque Chagas | Pessoal

...FAZ A
DIFERENÇA



- 19. Maria Luisa M. de Oliveira | Gerente de Seguridade Supletiva
- 20. Reginaldo de Santana Ribeiro | Gerente Financeiro
- 21. Alex Cordeiro da Cruz | Tecnologia
- 22. Wilson Mesquita da Silva | Seguridade Supletiva
- 23. Rebeca da Silveira Mendes | Financeiro
- 24. Maria Irene Teixeira da Costa | Atendimento
- 25. Antônio Eduardo da Silva | Investimentos
- 26. Ítalo José da Silva | Seguridade Supletiva
- 27. Cláudia Cursino Macário de Lima | Seguridade Supletiva
- 28. Roberto Valladares dos Santos | Financeiro

- 29. Fernanda Salgado Baptista | Seguridade Supletiva
- 30. Fátima Alves de Magalhães | Seguridade Supletiva
- 31. Jorge Pedro da Costa Ewbank | Gerente de Administração e Pessoal
- 32. Rogério da Silva Bezerra | Serviços Gerais
- 33. Ruy Costa Ferreira Filho | Gerente de Investimentos
- 34. Carlos José Cortes da Silva | Serviços Gerais
- 35. Norman Victor Walter Hime | Presidente e Diretor de Benefícios (interino)
- 36. Luiz Claudio Levy Cardoso | Diretor Financeiro

MENSAGEM DA DIRETORIA

**CONSTRUIR É DIFÍCIL, DEMORADO,
E DÁ MUITO TRABALHO.
MAS RECOMPENSA.**



“ O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher. ”

Cora Coralina, poetisa e contista brasileira, falecida em 1985.

Caro participante,

Certamente hoje somos mais felizes do que éramos algum tempo atrás, pelo menos no que tange ao nosso fundo de pensão, cuja nobre missão é a de nos proporcionar uma aposentadoria mais digna.

Talvez alguns nunca tenham percebido as situações difíceis pelas quais todos nós ficamos submetidos até meados de 2005. Isso se explica porque o desconhecimento, do ponto de vista das emoções, é uma bênção, uma vez que “quem não sabe não sofre”, e por isso é mais feliz, ou assim pensa que é.

Mas o fato é que o Nucleos – após diversos anos de turbulências – finalmente conseguiu se aprumar e deixar que as suas histórias negativas ficassem apenas nas más lembranças do passado. Assim, deixou de frequentar a lista da fiscalização governamental das entidades de previdência privada problemáticas para se situar no grupo de entidades confiáveis. Não é pouco.

Muitos determinados ajudaram o Nucleos nesta caminhada difícil, que foi iniciada em meados de 2005, num primeiro momento com a divulgação das mazelas existentes e das duras medidas, para que todos pudessem se conscientizar dos problemas e do que estava sendo feito pela administração para recuperar o fundo de pensão e a sua própria credibilidade. Naturalmente, ocorreram incompreensões,

mas a maioria destas de boa fé.

Hoje, ao contrário de antes, temos um fundo de pensão bem organizado, com uma estrutura operacional enxuta e eficiente, certificação plena de todos os seus processos pela ISO 9001:2008, dirigentes e profissionais qualificados e certificados pelo ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social, além de investimentos sólidos e um passivo atuarial (que são as obrigações futuras) adequadamente dimensionado. Mais ainda, o Nucleos hoje conta com reservas técnicas que nos dão mais chances de vermos o nosso contrato previdenciário exemplarmente cumprido – o que esperamos receber em contrapartida das nossas contribuições pontuais.

Entre julho de 2005 e dezembro de 2012, considerando o período da nova administração, iniciado em setembro de 2005, e o último balanço patrimonial, encerrado em 31 de dezembro de 2012, o nosso fundo de pensão cresceu significativamente, saltando da 78^a posição no ranking da Abra-pp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que ostentava em julho de 2005, para a 54^a posição (24 posições a mais) em dezembro de 2012, entre as maiores EFPC do País.

Mas não podemos perder de vista que, apesar do excelente resultado financeiro que foi auferido nos últimos anos, especialmente em 2012, espelhado no presente relatório anual, quando obtivemos uma rentabilidade de mais de 26% de retorno nos investimentos, nos permitindo constituir reservas técnicas de 119,3 milhões de reais, além do equilíbrio atuarial, o futuro é sempre incerto e requer de nós, administradores, além obviamente de capacidade técnica para projetar possíveis cenários econômicos, um gerenciamento dinâmico do que poderá ser necessário ajustar ao longo de cada exercício.

Pensando adiante, por outro lado, no momento em que se discute o planejamento sucessório nas próprias patrocinadoras, é muito importante que isso se dê também

agregando aqueles que serão os futuros conselheiros e diretores desta instituição, pois não há mais espaço para amadorismos ou soluções improvisadas, como se fez no passado, nem para que o Instituto seja utilizado com fins políticos e/ou partidários, por aqueles que almejam tal tipo de ascensão. Como dito no começo desta mensagem: "Construir é difícil, demorado, e dá muito trabalho. Mas recompensa". Por outro lado, destruir é fácil e rápido, como vimos também nos filmes do passado.

Nós, dirigentes do Nucleos, estamos conscientes dos novos desafios que teremos pela frente, até o final de nossos mandatos, principalmente diante dos cenários de juros mais baixos, portanto com um grau de dificuldade mais acentuado para a obtenção de expressivos resultados, como ocorridos nos últimos anos.

Tenham certeza de que estaremos dando o máximo de nossas capacidades para que seja sempre feito o melhor para a coletividade, de modo que o nosso fundo de pensão tenha sempre as condições plenas de pagar todos os benefícios contratados até a última parcela que for devida. E que, assim, o Nucleos será respeitado no sistema ao qual pertence, principalmente por você, nosso participante, a nossa razão de existir.

Com um forte abraço,

Norman Victor Walter Hime
Presidente e
Diretor de Benefícios (interino)

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro



A photograph of a sailboat's deck at sunset. The sky is a warm orange and yellow. A person is standing near the mast, silhouetted against the light. The boat's rigging and deck equipment are visible.

POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO



“

Nem tudo o que enfrentamos pode ser mudado. Mas nada pode ser mudado enquanto não for enfrentado.

James Baldwin

”

POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO

A atual administração do Nucleos reforça que tem consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio, que é a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

Insiste em dizer que, no exercício de suas funções, são observados, principalmente, além de vários outros deveres atinentes ao cargo, o de diligência (que consiste no cuidado que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios), o da desvinculação do interesse de um grupo específico, o dever de lealdade e o dever de informar.

A prioridade é a satisfação dos interesses dos participantes e beneficiários, com observância das ciências da administração e da atuária, e da legislação aplicável, exercendo seu encargo com retidão e lealdade.

Uma boa governança, neste caso, é a garantia da sintonia entre a estrutura dos ativos e passivos, favorecendo o direcionamento dos investimentos para ativos rentáveis, seguros e de liquidez compatível com a necessidade de nosso plano de benefícios. Tudo com estrito respaldo legal e no interesse da coletividade.

chadas de Previdência Complementar – EFPC requer a especialização dos seus administradores, além de competência, lealdade, ética, diligência, probidade e integridade.

Nesse cenário, a Resolução CGPC nº 13, exige que os gestores tenham "competência técnica e gerencial, compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades".

Um dos reflexos dessas exigências é a Resolução CMN 3.792, que prevê: "A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidades de reconhecido mérito pelo mercado financeiro nacional".

O Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS é uma das entidades que conduzem o processo de certificação. Atualmente, dois membros do Conselho Deliberativo, todos os membros da Diretoria Executiva, a assessoria do Conselho Deliberativo e de relacionamento, a assessoria jurídica, o gerente de investimentos, a gerente de seguridade supletiva, o gerente de controles internos e tecnologia, o gerente financeiro e o gerente de administração e de pessoal ostentam essa certificação.

CERTIFICAÇÃO

A complexidade do ambiente de negócios onde se inserem as Entidades Fe-

A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-se com as melhores práticas de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e gerencial dos fundos de pensão brasileiros, ao qual o Nucleos já aderiu.

3

CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Conduta e Ética do Nucleos é o conjunto ideal de normas de comportamento e de valores éticos compartilhados pelos integrantes dos órgãos estatutários, colegiados, dirigentes e funcionários do Nucleos e objetiva que o planejamento e execução das suas ações se deem não apenas de acordo com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia a dia das pessoas e das instituições.

4

CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2008

A certificadora internacional Bureau Veritas Certification (BVC), aprovou o Instituto na sua auditoria de recertificação realizada em junho de 2012. Dessa forma, o Nucleos manteve sua certificação, agora com o nº 014116-1 da NBR ISO 9001:2008 com o escopo de "Gestão de planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar", até 13 de junho de 2015. Desde 2006, o Nucleos é submetido anualmente a auditorias regulares de manutenção da certificação e a cada três anos a auditoria de recertificação. Isto mostra a busca constante dos nossos gestores na melhoria dos processos, visando oferecer serviços de qualidade aos nossos associados.

5

SISTEMA CORPORATIVO

Sempre em busca do aprimoramento dos seus sistemas corporativos, o Nucleos continua a intensificar as ações para consolidar sua gestão integrada, o que garante transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações.

6

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Observado o regulamento do Plano de Gestão Administrativa, as despesas do ano de 2012 foram as seguintes:

Em milhares de Reais:

Despesas administrativas	11.419
Administração previdencial	6.821
Pessoal e encargos	4.093
Treinamentos/congressos e seminários	80
Viagens e estadias	90
Serviços de terceiros	959
Despesas gerais	1.497
Depreciações e amortizações	68
Contingências	34
Administração dos investimentos	4.598
Pessoal e encargos	2.716
Treinamentos/congressos e seminários	53
Viagens e estadias	59
Serviços de terceiros	731
Despesas gerais	994
Depreciações e amortizações	45

AUDITORIA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PREVIC

Em novembro de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc comunicou formalmente que a ação fiscal realizada durante todo o mês de outubro daquele mesmo ano, abrangendo os exercícios de 2010, 2011 e 2012, foi encerrada, com o acatamento dos esclarecimentos e manifestações encaminhados pelo Nucleos. Tal procedimento fiscalizatório concluiu, assim, pela regularidade dos atos de gestão da atual administração, sem imputação de qualquer penalidade. Os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil apenas recomendaram que a atual administração procure, se possível, alternativa para se desfazer da parcela excedente do investimento que foi realizado na CRT – Concessão Rio-Teresópolis no ano de 2003, uma vez que tal investimento encontra-se desenquadrado dos limites legais autorizados.

RECONHECIDO COMO O MELHOR GESTOR DE FUNDOS DE AÇÕES COM GESTÃO ATIVA¹

O BNY Mellon ARX Investimentos é uma empresa voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros no Brasil e possui R\$ 13,4 bilhões² em recursos sob gestão ativa nas estratégias Multimercado, Renda Fixa e Ações, distribuídos em clientes Pessoas Físicas, Family Offices, Distribuidores, Institucionais e Empresas. O BNY Mellon ARX Investimentos foi eleito pelo terceiro ano consecutivo o melhor gestor de fundos de ações com gestão ativa pela revista Exame³.



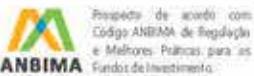
www.bnymellonarx.com.br

¹ Pesquisas publicadas revista Exame em Agosto de 2012, Agosto de 2011 e Agosto de 2010, preparada pelo Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

² Dados de janeiro de 2013.

Esse material foi produzido em Março de 2013.

Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de créditos – FGC. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir. Administrador/Distribuidor: BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. (CNPJ: 02.201.501/0001-61) – Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ - CEP 20030-905 Telefone: (21) 3219-2500 / Fax: (21) 3219-2501 – www.bnymellon.com.br/sf – SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600 / (11) 3050-8010 Ouvidoria: ouvidoria@bnymellon.com.br ou 0800 725 3219.



Prospecto de acordo com
Código ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

“

O vento e as ondas
estão sempre do
lado dos melhores
marinheiros.

Edward Gibbon ”



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o documento elaborado e aprovado no âmbito da Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, em consonância com a legislação vigente. No caso do Nucleos, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano Básico de Benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos recursos garantidores do plano no horizonte de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais (fonte: dicionário de termos técnicos da previdência complementar fechada – Abrapp/ICSS).

A Política de Investimentos do Plano Básico de Benefícios do Nucleos para o período de 2013 a 2017 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 28 de novembro de 2012, e sua íntegra está anexada ao presente Relatório Anual, bem como disponibilizada em nosso website.

Registrarmos que a Política de Investimentos foi elaborada com base nos limites e critérios de seleção de ativos, observada uma ótica de conservadorismo (investimentos com menor risco agregado) e inferior aos patamares permitidos pela Resolução CMN 3.792.

A evolução do ativo é feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados a classes de ativos-base, que representam as opções de investimento do plano. Já o passivo é projetado considerando-se as hipóteses atuariais que impactam no resultado final do estudo.

O ALM do Nucleos foi calculado pela RiskOffice Consultoria Financeira Ltda., que utilizou para o ano de 2013 dados do cenário econômico baseados em projeções de juros e inflação elaborados pela MCM Consultores.

3 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO ECONÔMICO - 2012

O ambiente interno apresentou uma dicotomia entre a política fiscal, a política monetária e a oferta: o governo manteve o IPI reduzido em setores estratégicos, estimulou o crédito, o Banco Central fez um corte de 3,75 pontos percentuais na taxa básica; entretanto, os investimentos não aconteceram e a produção registrou crescimento bem abaixo do esperado. Por outro lado, a demanda continuou alta, por conta da política de crédito e do aumento de renda das famílias. Como resultado destas variáveis, o ano terminou apresentando baixa produção e inflação acima do centro da meta.

No ambiente externo, apesar da leve recuperação chinesa, a economia global, liderada pelos países da zona do Euro, continuou apresentando baixo crescimento. Nos Estados Unidos, o chamado abismo fiscal americano trouxe muita volatilidade para os mercados durante 2012.

A despeito do desempenho pouco expressivo do Ibovespa, alguns setores, impulsionados por medidas do governo, apresentaram valorização expressiva,

2 | ASSET LIABILITY MANAGEMENT – ALM

ALM é um modelo matemático de apoio à gestão de riscos que fornece diretrizes para a gestão de investimentos. Tem como finalidade otimizar a relação ativo/passivo da carteira através da simulação da evolução do passivo atuarial e do patrimônio do plano.

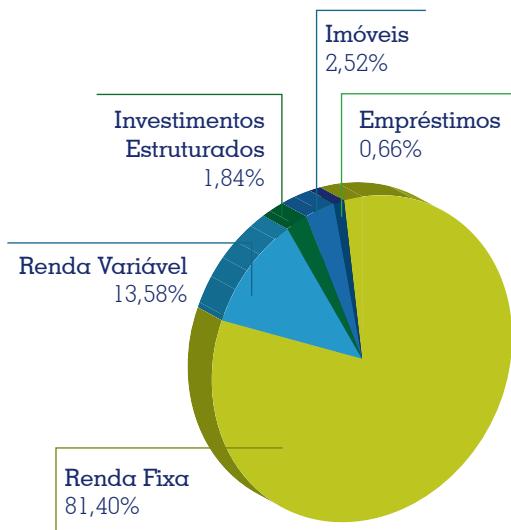
em especial os ligados ao consumo doméstico. Para 2013, contudo, a continuidade das incertezas no ambiente internacional, com a consequente aversão a risco por parte dos investidores externos, obrigará os gestores a serem muito seletivos na escolha dos ativos para composição das carteiras de renda variável.

No mercado de renda fixa, o destaque ficou por conta da valorização dos títulos de longo prazo. O mercado de juros, a reboque da política monetária do Banco Central, apresentou forte fechamento das taxas, o que resultou em expressiva valorização dos títulos com consequente ganho na carteira de renda fixa do Nucleos.

É consenso que para 2013 dificilmente os ganhos se repetirão. Desta forma, o alcance dos objetivos de retorno deve considerar alocação em ativos de maior risco. Isso impõe enormes desafios aos investidores na pesquisa, análise e seleção dos investimentos.

4 ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Quadro segmentado dos investimentos:



5 FUNDOS EXCLUSIVOS

O Nucleos é titular de cinco fundos de investimentos exclusivos, segmentados em multimercado, renda variável e renda fixa (ALM). A partir de 2012, a BEM DTVM passou a exercer a função de administrador fiduciário. Os nomes dos fundos são:

- Nucleos I SulAmérica Fundo de Investimento Multimercado;
- Nucleos II GAP Fundo de Investimento em cotas de Fundo de Investimento em Ações;
- Nucleos III BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações;
- Nucleos IV Itaú Fundo de Investimento em Ações;
- Nucleos V ALM Votorantim Fundo de Investimento Renda Fixa.

Em 2012 ocorreram as seguintes alterações nos fundos de investimentos:

Junho de 2012 – O Fundo Nucleos II passou a ter a GAP Asset Management como gestora em substituição ao Modal Asset Management, trocando também a categoria de renda fixa para renda variável e funcionando como fundo de aplicação em cotas de fundos de investimentos em ações.

Agosto de 2012 – O Fundo Nucleos IV passou a ter o Itaú-Unibanco como gestor em substituição ao Votorantim Asset Management, trocando também o perfil de fundo ativo com benchmark de Ibovespa + 2% ao ano para fundo passivo com benchmark Ibovespa.

5.1 Nucleos I

Fundo multimercado gerido pela Sul-América Investimentos e administrado pela BEM DTVM, com benchmark para

o ano de 2012 de 60% do IMA-B + 40% do CDI. A rentabilidade apurada foi de 20,92%, superior ao seu benchmark, que rentabilizou 19,09%. É composto basicamente por títulos públicos federais – cerca de 63% –, sendo na sua maior parte indexados ao índice oficial de inflação – IPCA (NTN-Bs). Possui, ainda, debêntures de empresas de baixo risco de crédito (17%), Letras Financeiras Subordinadas de bancos de 1^a linha (20%). Além disso, o regulamento do fundo possibilita a utilização de instrumentos derivativos para proteção da sua carteira.

5.2 Nucleos II

Fundo de investimento em cotas de fundos de investimentos em ações gerido pela GAP Asset Management e administrado pela BEM DTVM, com benchmark para o ano de 2012 de Ibovespa + 5% ao ano. Até junho, quando o fundo era gerido pelo Modal, apresentou rentabilidade de 6,76%, enquanto o benchmark apresentou rentabilidade de 7,08%. A partir de junho, após a assunção da gestão pela GAP, o fundo apresentou rentabilidade de 11,28%, enquanto o benchmark apresentou rentabilidade de 11,61%. O fundo é composto basicamente por cotas de fundos de investimentos em ações (99,09%) e títulos públicos federais – LFTs (0,91%).

5.3 Nucleos III

Fundo de investimento em ações gerido pelo BNY Mellon ARX Investimentos e administrado pela BEM DTVM, com benchmark para o ano de 2012 de Ibovespa + 2% ao ano. A rentabilidade apurada foi de 9,90%, superior ao de seu benchmark, que rentabilizou 9,52%. A carteira do fundo é composta basicamente por ações negociadas na Bovespa e que fazem parte do Índice Ibovespa ou IBrX (95,58%). O restante são operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (4,42%).

5.4 Nucleos IV

Fundo de investimento em ações gerido pelo Itaú-Unibanco e administrado pela BEM DTVM, com benchmark Ibovespa para o ano de 2012. Até julho, quando o fundo era gerido pelo Votorantim Asset Management, apresentou rentabilidade de 0,07%, enquanto o benchmark apresentou rentabilidade negativa de 0,02%. A partir de agosto, quando o fundo passou a ser gerido pelo Itaú-Unibanco, a rentabilidade apurada foi de 6,55%, contra rentabilidade de 8,65% de seu benchmark. A carteira do fundo é composta basicamente por ações pertencentes ao índice Ibovespa (99,82%), e o restante aplicado em Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFTs (0,18%).

5.5 Nucleos V

Fundo de renda fixa gerido pelo Votorantim Asset Management e administrado pela BEM DTVM, com benchmark para o ano de 2012 correspondente à composição de 11,08% de NTN-B com vencimento em 2024, 35,83% de NTN-B com vencimento em 2035, 34,04% de NTN-B com vencimento em 2045, 5,69% de NTN-B com vencimento em 2050 e 13,36% de NTN-C com vencimento em 2031. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais. A rentabilidade apurada no ano de 2012 foi de 37,15%, inferior ao benchmark de 37,57% no mesmo período.

6

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pelas cotas do último dia útil do mês, informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

6.1 Concessionária Rio-Teresópolis – CRT

O Fundo de Investimento em Participação – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tem 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. O fundo valorizou 1,24% no ano de 2012, contra 13,10% do seu benchmark (INPC + 6,5%). O Nucleos está desenquadradado em relação à Resolução CMN nº 3.792 por deter 100% das cotas desse FIP adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25%. Para se enquadrar nos limites legais, o Instituto intensificou o processo de ofertas públicas, passando de semestrais (até 2012) para trimestrais a partir de 2013. As ofertas são feitas através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até

a presente data não houve interessados na aquisição da parte excedente ao limite legal.

6.2 Energia PCH

O Fundo de Investimento em Participação – Energia PCH é gerido pela Infra Asset Management e administrado pelo Banco Santander Brasil S.A. O Nucleos possui aproximadamente 0,8% do fundo de investimento Energia PCH FIP que, por sua vez, possui em carteira adiantamentos concedidos à empresa Jurueña Participações S.A. e ações da referida empresa, representando 42,21% e 53,05% do total da carteira do PCH FIP respectivamente. O fundo valorizou 42,56% no ano, decorrente da precificação dos ativos ocorrida no mês de maio, contra 13,10% de seu benchmark (INPC + 6,5%) ao ano. Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004.



7 | CARTEIRA PRÓPRIA

A carteira própria é constituída por debêntures adquiridas até junho de 2005 (R\$ 21 milhões). A posição em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Em milhares de Reais:							
Data	Fundo	C/V	Ativo	Qtde	Valor Investido	Valor Atualizado (em 31/12/2012)	Venc.
21/09/2004	Monazita	C	Cemig (Deb)	150	1.829.994	2.681.139	
23/09/2004	Megawatt	C	Cemig (Deb)	85	1.038.586	1.519.633	1-jun-14
TOTAL CEMIG				235	2.868.580	4.200.773	
20/10/2004	Monazita	C	Sanesalto (Deb)	3.000	3.278.130	4.576.956	
21/10/2004	Megawatt	C	Sanesalto (Deb)	1.800	1.968.174	2.738.545	1-jun-21
22/10/2004	Titânio	C	Sanesalto (Deb)	2.400	2.625.936	3.645.363	
TOTAL SANESALTO				7.200	7.872.240	10.960.865	
10/06/2005	Megawatt	C	Textil Renaux (Deb)	1.500	1.576.871		
14/06/2005	Monazita	C	Textil Renaux (Deb)	1.500	1.577.556	Provisão para perda em agosto/06. Valor em 31/12/2012 (15.110.592,25)	1-set-10
20/06/2005	Zircônio	C	Textil Renaux (Deb)	3.991	4.205.995		
TOTAL TEXTIL RENAU				6.991	7.360.422	0	
18/11/2003	Urânio	C	Triunfo (Deb)	3.000	4.382.918	1.429.381	
03/12/2003	Monazita	C	Triunfo (Deb)	3.150	4.267.967	1.500.759	
17/12/2003	Carteira Própria	C	Triunfo (Deb)	3.670	5.004.265	1.748.501	1-jan-13
17/12/2003	Carteira Própria	C	Triunfo (Deb)	3.000	4.092.540	1.429.292	
TOTAL TRIUNFO				12.820	17.747.690	6.107.933	
03/11/2003	Urânio	C	Ulbra (Deb)	3.720	4.039.883		
10/12/2003	Monazita	C	Ulbra (Deb)	3.900	4.230.525		
18/12/2003	Carteira Própria	C	Ulbra (Deb)	2.800	3.048.332		
15/01/2004	Carteira Própria	C	Ulbra (Deb)	6.470	7.083.356	Provisão para perda em agosto/09. Valor em 31/12/2012 (29.634.725,37)	1-jan-12
30/04/2004	Urânio	C	Ulbra (Deb)	680	774.663		
24/06/2004	Európio	C	Ulbra (Deb)	859	1.026.621		
24/08/2004	Carteira Própria	C	Ulbra (Deb)	8.400	10.038.840		
TOTAL ULBRA				26.829	30.242.219	0	
TOTAL DAS DEBÊNTURES NA CARTEIRA PRÓPRIA						21.269.571	

9

IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi de 8,38%, inferior ao seu benchmark de 13,10% (INPC + 6,5%). A rentabilidade inferior ao benckmark ocorreu por conta da vacância no imóvel da Av. República do Chile, 230 – 15º andar e em função da diluição dos aluguéis decorrente da avaliação registrada em 2011.

Registrarmos, por fim, a existência de direito creditório em decorrência da alienação em junho de 2007, da participação no Shopping Light. O valor pendente de recebimento é de R\$ 507.970,06 (posição em 31/12/12). A quitação integral está prevista para junho de 2014.

O quadro abaixo retrata a composição da carteira.

Em milhares de Reais:

Descrição	Data da última avaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil (31/12/2012)
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	dez / 2011	11.100	11.063
Rua Victor Civita, 66 - Barra	dez / 2011	5.415	5.376
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	jun / 2011	11.940	11.637
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	set / 2011	12.000	11.807
Aluguéis a receber			246
Direitos de alienação			508
Obras em andamento			101
Total			40.738

31

10

DESPESAS COM INVESTIMENTOS

Com relação aos custos de gestão, custódia, consultoria e administração dos investimentos, houve um acréscimo de 6,68% em relação ao ano de 2011, decorrente do aumento dos recursos garantidores e não do incremento das despesas administrativas. Os valores estão na tabela abaixo:

Custos com a Administração dos Recursos	Custos 1ºTrimestre	Custos 2ºTrimestre	Custos 3ºTrimestre	Custos 4ºTrimestre	Custos no ano
Pessoal e encargos	658.669	736.004	665.256	768.894	2.828.824
Despesas administrativas	326.975	450.277	406.171	406.947	1.590.369
Custódia e emolumentos	69.849	70.313	88.981	83.552	312.695
Consultoria	38.301	50.434	60.918	29.552	179.205
Gestão/Administração dos Recursos Externos	635.890	368.499	381.689	481.810	1.867.889
TOTAL	1.729.684	1.675.527	1.603.016	1.770.755	6.778.982

Custódia e emolumentos: BANCO BRADESCO

Auditor da Gestão: KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Auditor contábil: KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Assessoria atuarial: Towers Perrin

CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2012		2011	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Renda Fixa	1.319.398	80,49	1.032.251	62,97
Certificado de Depósito Bancário	5.100	0,31	-	0,00
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.292.934	78,88	1.006.426	61,40
Debêntures não Conversíveis	21.364	1,30	25.825	1,51
Renda Variável	220.128	13,43	136.582	8,33
Quotas de Fundos de Investimento	220.128	13,43	136.582	8,33
Investimento Estruturado	29.872	1,82	27.808	1,70
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	29.872	1,82	27.808	1,99
Investimentos Imobiliários	40.738	2,49	40.992	2,50
Empréstimos aos Participantes	10.702	0,65	12.896	0,79
Outros	23.264	1,42	23.323	1,42
Total do Programa de Investimentos	1.644.102	-	1.273.852	-
(+) Disponível	81	0,00	46	0,00
(-) Exigível Operacional (Programa de investimentos)	- 5.003	-0,31	-10.601	-0,65
(=) Total dos Recursos Garantidores	1.639.180	100,00	1.263.298	77,07

ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 30/12/2011	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (Res.3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	81,34%	67,48%	60,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	13,63%	19,23%	0,00%	30,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	1,85%	4,79%	0,00%	5,50%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	1,85%	1,88%	0,00%	2,50%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	2,91%	0,00%	3,00%	10,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	2,52%	6,00%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
Aluguéis e renda	2,52%	6,00%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,66%	2,50%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Empréstimos	0,66%	2,50%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
Financiamentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

INVESTIMENTO	GESTORES	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2012)	% RECURSOS GARANTIDORES
Nucleos I SulAmérica FIM	SulAmérica	Renda Fixa	466.524.007	28,46%
Nucleos II Modal FIM	Modal	Renda Fixa	60.481.553	3,69%
Nucleos III BNY Mellon ARX FIA	BNY Mellon	Renda Variável	97.302.952	5,94%
Nucleos IV Votorantim FIA	Votorantim	Renda Variável	62.343.180	3,80%
Nucleos V Votorantim ALM RF LP	Votorantim	Renda Fixa	826.175.197	50,40%
Energia PCH FIP	Santander	Participação	5.923.799	0,36%
CRT FIP	Oliveira Trust	Participação	23.948.443	1,46%
Votorantim Institucional RF	Votorantim	Renda Fixa	234.560	0,01%
TOTAL TERCEIRIZADO			1.542.933.690	94,13%

GESTÃO INTERNA

Carteira Própria	Nucleos	Renda Fixa	26.436.458	1,61%
Carteira Própria	Nucleos	Imóveis	40.738.009	2,49%
Carteira Própria	Nucleos	Empréstimos	10.679.406	0,65%
TOTAL GESTÃO INTERNA			77.853.873	4,75%

DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS 7.116.257 0,43%

OUTROS REALIZÁVEIS 16.147.789 0,99%

DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL -4.871.374 -0,30%

TOTAL DE RECURSOS 1.644.051.609

TOTAL DE RECURSOS GARANTIDORES 1.639.180.236 100,00%

Observação: Recursos Garantidores – De acordo com a Instrução MPS/Previc nº 1, de 13 de abril de 2010, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

	2011	2012
Recursos Garantidores	1.263.297.605,38	1.639.180.235,62
Dívida das Patrocinadoras	312.989.389,67	328.281.466,60
Gestão Previdencial (outros)	4.618.470,37	6.902.575,56
Gestão Administrativa	-556.240,01	-717.069,53
Ativo Permanente	346.321,69	596.847,24
Exigível Operacional (Previdencial)	-300.276,83	-191.826,42
Exigível Contingencial	-1.292.535,19	-2.503.695,60
Patrimônio Social	1.579.102.735,08	1.971.548.533,47
Fundos	-4.806.664,28	-126.054.691,31
Patrimônio Líquido	1.574.296.070,80	1.845.493.842,16

12 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades que ocorreram para todos os fundos de pensão do País ao longo de 2012, o Nucleos conseguiu cumprir com a meta atuarial de 12,57% (INPC + 6% ao ano), alcançando a rentabilidade de 26,62% no ano.

35





GESTÃO PREVIDENCIAL

“

*Os bons anos não
os dá quem os
deseja, senão quem
os assegura.*

Padre António Vieira

”

1 | INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletronuclear, a Nuclebras Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto, considerada a solidariedade de custos entre todas as empresas.

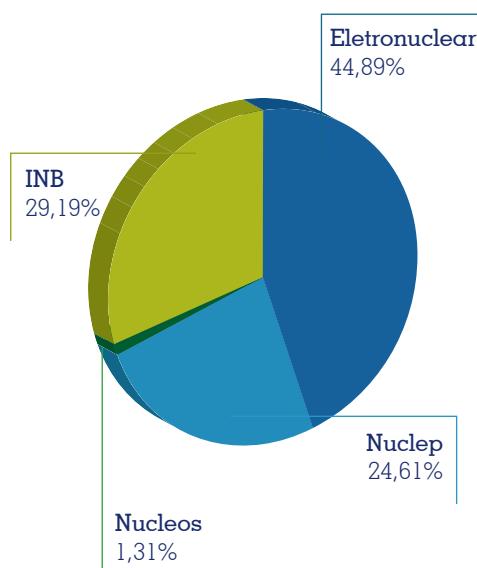
1.1 Participantes Ativos

No encerramento do exercício de 2012, o Nucleos contou com 3.580 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior) (Gráfico 1 e tabela 1):

Patrocinadora	2011	2012	Variação
INB	970	1.045	7,73%
Eletronuclear	1.646	1.607	-2,37%
Nuclep	807	881	9,17%
Nucleos	50	47	-6,00%
TOTAL	3.473	3.580	3,08%

Observação: Do total de 3.580 participantes em 2012, 38 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA:



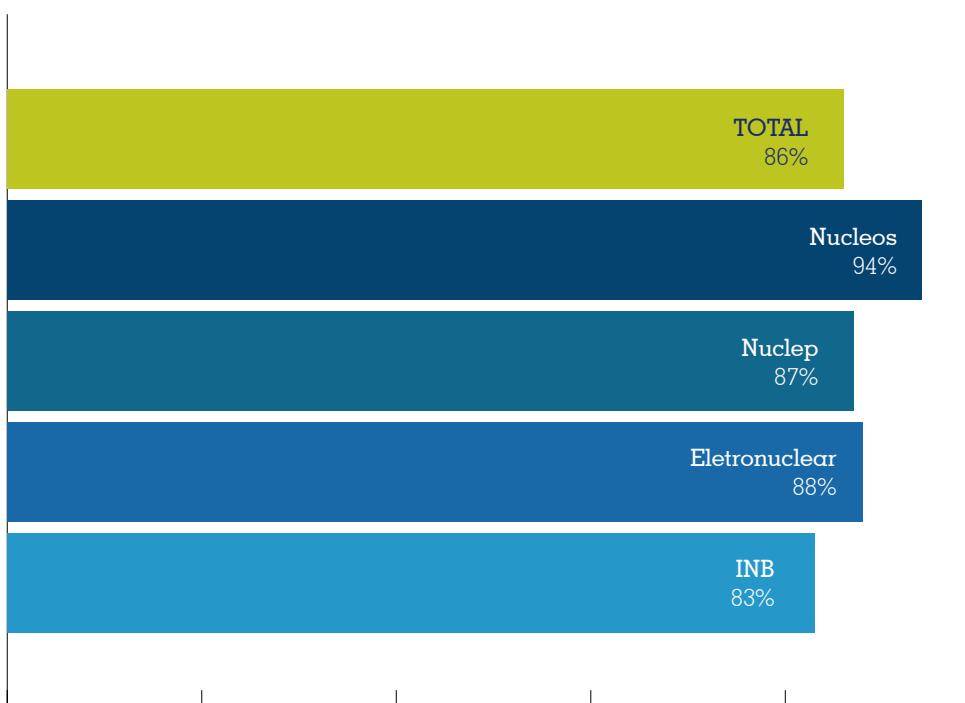
1.2 Novos Participantes

A adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios em 2012 foi a seguinte:

Patrocinadora	Participantes	Empregados	Adesão
INB	1.038	1.256	83%
Eletronuclear	1.598	1.820	88%
Nuclep	874	999	87%
Nucleos	32	34	94%
TOTAL	3.542	4.109	86%

Observação: Na coluna "Participantes" foram desconsiderados os 38 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora.

PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO:

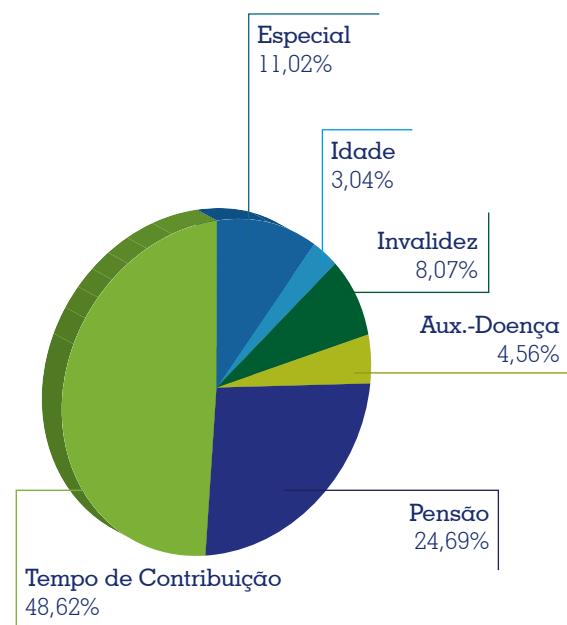


1.3 Participantes Assistidos

Em 31 de dezembro de 2012, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.053, o que significa um aumento de 6% em relação ao ano anterior.

Tipo de Benefício	2011	2012	Variação
Tempo de Contribuição	493	512	4%
Especial	113	116	3%
Idade	35	32	-9%
Invalidez	82	85	4%
Auxílio-Doença	67	48	-28%
Pensão	202	260	29%
TOTAL	992	1.053	6%

DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS:



1.4 Contribuições Previdenciais

No quadro a seguir apresentamos as contribuições previdenciais do ano de 2012.

Em milhares de Reais		
Origem da Contribuição		Total no ano
Participante ativo	Normal	24.836
Participante assistido	Normal	2.231
Patrocinadora	Normal	23.992
	Extraordinária	12.640
Autopatrocinado	Normal	335
Total		64.034

1.5 Pagamento de Benefícios

As despesas previdenciais representam os dispêndios com o pagamento de benefícios. A seguir apresentamos quadro com os valores de benefícios pagos no exercício de 2012.

Em milhares de Reais	
Tipo de Benefício	Total no ano
Aposentadoria programada	26.354
Invalidez	1.673
Pensão	5.488
Auxílio-Doença	3.772
Total	37.287

2 AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

A avaliação atuarial propriamente dita consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios. Este valor, denominado de Provisão Matemática, pode ser referente aos benefícios já concedidos (PMBC) ou a conceder (PMBAC).

PMBC – Valor que a entidade deve ter no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir os benefícios dos participantes que recebem benefício.

PMBAC – Valor que a entidade deve ter no Ativo Líquido, calculado atuarialmente, a fim de garantir o benefício futuro dos participantes que contribuem para o plano.

2.1 Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

As premissas atuariais utilizadas na avaliação de 2012 estão em consonância com os preceitos estabelecidos na Resolução nº 18 do CGPC, de 28/03/2006, com as inclusões previstas pela Resolução CNPC nº 9/2012, publicada no Diário Oficial da União em 23/01/13, e, comparativamente à reavaliação realizada em 2011, estão sintetizadas no quadro a seguir:

Premissa Atuarial	Avaliação Atuarial	
	2012	2011
1. Bases Biométricas		
1.1 Tábuas de Mortalidade Geral	AT-2000 desagravada em 10%	AT-2000 desagravada em 10%
1.2 Tábuas de Mortalidade de Inválidos	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%
1.3 Tábuas de Entrada em Invalidez	A. Vindas	A. Vindas
1.4 Hipótese sobre composição familiar	95% dos participantes ativos possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem); Pensionistas: composição familiar informada; Aposentados: caso estado civil casado ou companheiro, admite-se um cônjuge, sendo a mulher 4 anos mais jovem que o homem.	95% dos participantes ativos possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem); Pensionistas: composição familiar informada; Aposentados: caso estado civil casado ou companheiro, admite-se um cônjuge, sendo a mulher 4 anos mais jovem que o homem.
2. Rotatividade	Até 47 anos INB, Eletronuclear e Nuclep: 1% Após 47 anos igual a zero	Até 47 anos INB, Eletronuclear e Nuclep: 1% Após 47 anos igual a zero
3. Crescimento Anual Real de Salários	2,01% ao ano, conforme informado pelos patrocinadores	2,01% ao ano, conforme informado pelos patrocinadores
4. Taxa Anual de Juros	6%	6%
5. Taxa de Custeio Administrativo	15%	15%

A avaliação atuarial anual de 2012 foi realizada pela assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Towers Watson, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e premissas listadas anteriormente. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos, na data base de 30 de junho de 2012.

Foi criado o Fundo Previdencial no montante de R\$ 119.392.359,82, com os recursos oriundos da rentabilidade do patrimônio acima da meta atuarial e da

manutenção das taxas de contribuição de 2012 para 2013, contemplando no cálculo atuarial a paridade das contribuições das patrocinadoras com aquelas efetuadas pelos participantes ativos e, também, com os assistidos. A finalidade desse fundo é dar cobertura aos impactos decorrentes da alteração da taxa de juros na forma prevista na Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, nos próximos anos.

A partir de 1º de abril de 2013 deverão ser adotadas as seguintes taxas de contribuição:

Taxas de contribuição (*)	Plano de Custeio (%)
A – Patrocinadores (A.1 + A.2 + A.3)	11,08%
A.1 – Custo Normal – Participantes Ativos (Paridade)	7,19%
A.2 – Custo Normal – Participantes Assistidos (Paridade)	0,86%
A.3 – Extraordinária (Serviço Passado)	3,03%
B – Participantes Ativos	7,19%
C – Participantes Assistidos	8,00%

(*) A – Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos;
 B – Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos;
 C – Incidente sobre os benefícios dos assistidos que recebem abono.

A taxa indicada no item A.1 do quadro acima (7,19%) corresponde ao custo médio nivelado estimado da contribuição da patrocinadora para a paridade com a contribuição dos participantes ativos (7,19%, conforme item B). Por sua vez, a taxa indicada no item A.2 (0,86%) corresponde ao custo médio nivelado estimado da contribuição paritária da patrocinadora com a contribuição dos participantes assistidos. Dessa forma, em conformidade com o Plano de Custeio para 2013, as patrocinadoras deverão recolher mensalmente ao Nucleos a importância equivalente ao produto da aplicação da taxa prevista no item A.1 acrescida da taxa prevista no item A.2, totalizando 8,05% sobre a folha mensal

de salários de todos os seus empregados, participantes do Nucleos. Em contrapartida, através da folha de benefícios, o Nucleos recolherá as contribuições normais efetuadas pelos participantes assistidos e, ao final de cada trimestre, será verificada a equivalência financeira da paridade contributiva entre as contribuições efetuadas por patrocinadoras e participantes ativos e assistidos com base nos valores registrados no balancete, realizando os ajustes financeiros necessários.

A taxa de contribuição dos participantes ativos de 7,19% aplicada sobre o salário de participação é equivalente ao resultado da soma das seguintes parcelas:

Faixa Salarial	Percentuais de Contribuição
Sobre o salário de participação	2,83%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do maior salário de benefício do INSS	2,81%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o maior salário de benefício do INSS	5,70%

Das receitas de contribuição normal e para cobertura do serviço passado das patrocinadoras, dos participantes e assistidos deverá ser descontada a taxa de 15% para cobertura das despesas administrativas.

A contribuição dos assistidos foi fixada em 6,8% do valor do benefício e é paga somente por aqueles que recebem abono. Além disso, há a cobrança de 1,2% do valor de benefício destinada ao custo administrativo e que é cobrada de todos os assistidos.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Towers Watson encontra-se disponível neste Relatório Anual.

3

DÍVIDAS DAS PATROCINADORAS

3.1 – Patrocinadora INB

Em maio de 2006, foi firmado acordo judicial. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.567.837,00 que devidamente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 152.938.303,67, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 145.393.715,70 em 31 de dezembro de 2011). As parcelas do acordo devidas até o ano de 2012 foram regularmente pagas.

43

3.2 – Patrocinadora Nuclep

Por decisão judicial da 30^a Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora Nuclep foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070.874,10, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007, e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora Nuclep, que atualizada para a data era de R\$ 265.204.303,80. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.110.860,84, que atualizado pela variação do INPC, acrescido de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 175.343.162,93 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 167.595.673,96 em 31 de dezembro de 2011). As parcelas do acordo devidas até o ano de 2012 foram regularmente pagas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS



“

*Pequenas
oportunidades são
muitas vezes o
começo de grandes
empreendimentos.*

Demóstenes ”

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011)

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2012	2011
Disponível	4	81	46
Realizável		1.979.451	1.591.580
Gestão previdencial	5	335.184	317.608
Gestão administrativa	6	165	120
Investimentos	7	1.644.102	1.273.852
Créditos privados e depósitos		26.464	25.825
Fundos de investimento		1.542.934	1.170.816
Investimentos imobiliários		40.738	40.992
Empréstimos		10.702	12.896
Depósitos judiciais/recursais		7.116	6.570
Outros realizáveis		16.148	16.753
Permanente	8	597	346
Imobilizado		494	263
Intangível		55	-
Diferido		48	83
Total do ativo		1.980.129	1.591.972

Passivo	Nota	2012	2011
Exigível operacional	9	1.124	1.126
Gestão previdencial		192	300
Gestão administrativa		882	676
Investimentos		50	150
Exigível contingencial	10	7.456	11.743
Gestão previdencial		2.351	1.173
Gestão administrativa		152	119
Investimentos		4.953	10.451
Patrimônio social		1.971.549	1.579.103
Patrimônio de cobertura do plano		1.845.494	1.574.296
Provisões matemáticas	11	1.845.494	1.574.296
Benefícios concedidos		424.424	355.880
Benefícios a conceder		1.471.443	1.273.321
(-) Provisões matemáticas a constituir		(50.373)	(54.905)
Equilíbrio técnico		-	-
Resultados realizados:		-	-
Fundos	12	126.055	4.807
Fundos previdenciais		119.392	-
Fundos administrativos		5.508	3.965
Fundos dos investimentos		1.155	842
Total do passivo		1.980.129	1.591.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 (EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011)

Em milhares de Reais

	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio Social - Início do exercício	<u>1.579.103</u>	<u>1.420.873</u>	11,14
Adições	<u>547.955</u>	<u>282.794</u>	93,76
Contribuições previdenciais	196.177	150.882	30,02
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	338.503	121.276	179,12
Receitas administrativas	12.068	9.957	21,20
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	894	486	83,95
Constituição de fundos de investimento	313	193	62,18
Destinações	<u>(155.509)</u>	<u>(124.564)</u>	24,84
Benefícios	(143.001)	(114.391)	25,01
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.089)	(216)	404,17
Despesas administrativas	(11.385)	(9.922)	14,75
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(34)	(35)	(2,86)
Acréscimo no Patrimônio Social	<u>392.446</u>	<u>158.230</u>	148,02
Provisões matemáticas	271.198	156.365	73,44
Superávit técnico do exercício	-	1.186	(100,00)
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00
Fundos administrativos	1.543	486	217,49
Fundos dos investimentos	313	193	62,18
Patrimônio Social - Final do exercício	<u>1.971.549</u>	<u>1.579.103</u>	24,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
(EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011)**

Em milhares de Reais

	2012	2011	Variação (%)
Ativo líquido - Início do exercício	1.574.296	1.416.745	11,12
Adições	545.184	277.983	96,12
Contribuições previdenciais	206.681	156.707	31,89
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	338.503	121.276	179,12
Destinações	(154.594)	(120.432)	28,37
Benefícios	(143.001)	(114.391)	25,01
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.089)	(216)	404,17
Custeio administrativo	(10.504)	(5.825)	80,33
Acréscimo no Ativo Líquido	390.590	157.551	147,91
Provisões matemáticas	271.198	156.365	73,44
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00
Superávit técnico do exercício	-	1.186	(100,00)
Ativo líquido - Final do exercício	1.964.886	1.574.296	24,81
Fundos não previdenciais	6.663	4.807	38,61
Fundos administrativos	5.508	3.965	38,92
Fundos dos investimentos	1.155	842	37,17

DEMONSTRAÇÕES DOS ATIVOS LÍQUIDOS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
 (EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011)

Em milhares de Reais

	2012	2011	Variação (%)
Ativos	1.979.095	1.591.177	24,38
Disponível	75	40	87,50
Recebível	340.692	321.573	5,95
Investimento	1.638.328	1.269.564	29,05
Créditos privados e depósitos	26.464	25.825	2,47
Fundos de investimento	1.537.160	1.166.528	31,77
Investimentos imobiliários	40.738	40.992	(0,62)
Empréstimos	10.702	12.896	(17,01)
Depósitos judiciais/recursais	7.116	6.570	8,31
Outros realizáveis	16.148	16.753	(3,61)
 Obrigações	 7.546	 12.074	 (37,50)
Operacional	242	450	(46,22)
Contingencial	7.304	11.624	(37,16)
 Fundos não previdenciais	 6.663	 4.807	 38,61
Fundos administrativos	5.508	3.965	38,92
Fundos dos investimentos	1.155	842	37,17
 Ativo líquido	 1.964.886	 1.574.296	 24,81
Provisões matemáticas	1.845.494	1.574.296	17,23
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00

49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
 (EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011)

Em milhares de Reais

	2012	2011	Variação (%)
Fundo administrativo do período anterior	3.965	3.479	13,97
Custeio da gestão administrativa	12.962	10.443	24,12
Receitas	12.962	10.443	24,12
Custeio administrativo da gestão previdencial	10.504	5.825	80,33
Custeio administrativo dos investimentos	1.402	3.821	(63,31)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	88	180	(51,11)
Receitas diretas	52	15	246,67
Resultados positivos dos investimentos	894	486	83,95
Outras receitas	22	116	(81,03)
Despesas administrativas	11.419	9.957	14,68
Administração previdencial	6.821	5.631	21,13
Pessoal e encargos	4.093	2.924	39,98
Treinamentos/congressos e seminários	80	57	40,35
Viagens e estadias	90	62	45,16
Serviços de terceiros	959	1.045	(8,23)
Despesas gerais	1.497	1.440	3,96
Depreciações e amortizações	68	68	-
Contingências	34	35	(2,86)
Administração dos investimentos	4.598	4.326	6,29
Pessoal e encargos	2.716	2.580	5,27
Treinamentos/congressos e seminários	53	42	26,19
Viagens e estadias	59	46	28,26
Serviços de terceiros	731	636	14,94
Despesas gerais	994	976	1,84
Depreciações e amortizações	45	46	(2,17)
Sobra da gestão administrativa	1.543	486	217,49
Constituição do fundo administrativo	1.543	486	217,49
Fundo administrativo do Exercício Atual	5.508	3.965	38,92

DEMONSTRAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
 (EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011)

Em milhares de Reais

	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	1.845.494	1.574.296	17,23
Provisões matemáticas	1.845.494	1.574.296	17,23
Benefícios concedidos	424.424	355.880	19,26
Benefício definido	424.424	355.880	19,26
Benefícios a conceder	1.471.443	1.273.321	15,56
Benefício definido	1.471.443	1.273.321	15,56
Provisões matemáticas a constituir	(50.373)	(54.905)	(8,25)
(-)Serviço passado	(50.373)	(54.905)	(8,25)
(-)Patrocinadores	(50.373)	(54.905)	(8,25)
Equilíbrio técnico	-	-	-
Resultados realizados	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1

CONTEXTO OPERACIONAL

O Nucleos - Instituto de Seguridade Social ("Nucleos", "Instituto" ou "Entidade") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979 e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social.

A Entidade tem por objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do Nucleos.

O Nucleos opera, atualmente, o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, conta com 3.628 participantes ativos (3.473 em 31 de dezembro de 2011) e 1.002 assistidos (992 em 31 de dezembro de 2011).

Nos termos da legislação em vigor, as fontes de custeio do plano são a totalidade das contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados. As operações do Instituto são supervisionadas e fiscalizadas pelo MPAS, por meio da Previc.

Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas Entidades, inclusive e especialmente o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O Nucleos está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (IN RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

2

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela – Previc, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001(antiga NBC TE 11), assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não re-

querem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2013.

3

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

b. Gestão previdencial - Realizável

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições dos participantes e contribuições contratadas ou não contratadas devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou regulamento do plano de benefícios até a data das demonstrações contábeis.

c. Gestão administrativa - Realizável

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empre-

gados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

d. Investimentos - Realizável

Créditos privados e depósitos

Os créditos privados e depósitos são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos mantidos até o vencimento, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, ou ajustados ao valor de mercado, na data do balanço, para os títulos classificados em títulos para negociação, para aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

Fundos de investimento

Os fundos de investimento de renda fixa, de renda variável e de participações são registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado com base no valor da cota do último dia útil do mês, informado pelos administradores dos fundos.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber e os direitos em alienações estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável,

acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e. Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic.

Em conformidade com a legislação vigente, a partir de 8 de setembro de 2011, a Administração do Nucleos classifica os depósitos judiciais em contas de ativo no realizável.

f. Permanente

O ativo permanente é composto pelo imobilizado, intangível e diferido. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível e diferido são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

g. Exigível operacional

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

h. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerado provável, de acordo com avaliação das consultorias jurídicas, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

i. Provisões matemáticas

São calculadas pelo atuário externo, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

j. Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

k. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da

administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4 | DISPONÍVEL

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$ 81 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2011), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5 | GESTÃO PREVIDENCIAL

Os valores a receber da gestão previdencial são compostos como segue:

	2012	2011
Contribuições normais do mês	4.623	2.229
Contribuições extraordinárias do mês	1.024	1.015
Contribuições sobre 13º salário	-	2
Contribuições "contratadas"	328.281	312.989
Depósitos judiciais e recursos	1.140	965
Outros realizáveis	116	408
Total	335.184	317.608

As contribuições advindas dos contratos com patrocinadoras estão detalhadas a seguir:

	2012			2011
	INB	Nuclep	Total	
Contribuições em atraso:				
Anteriores a 31 de agosto de 1988	-	12.707	12.707	11.244
Posteriores a 31 de agosto de 1988	-	25.369	25.369	22.449
Total de contribuições em atraso	-	38.076	38.076	33.693
Contribuições "contratadas":				
Parcelas a vencer	152.938	175.343	328.281	312.989
Parcelas vencidas:				
Contribuições previdenciárias	-	115.309	115.309	90.663
Recursos assistenciais	-	332.900	332.900	261.746
Total de parcelas vencidas	-	448.209	448.209	352.409
Total de contribuições	152.938	661.628	814.566	699.091
(-) Provisão para perda:				
Contribuições em atraso	-	(38.076)	(38.076)	(33.693)
Contribuições "contratadas" - Parcelas vencidas	-	(448.209)	(448.209)	(352.409)
Total da provisão para perda	-	(486.285)	(486.285)	(386.102)
Total a vencer	152.938	175.343	328.281	312.989

a. Contribuições em atraso

Referem-se a contribuições não recolhidas e não "contratadas" pela patrocinadora Nuclep relativas aos períodos a seguir descritos:

- Anteriores a 31 de agosto de 1988 - O valor a receber em 31 de dezembro de 2012 é equivalente a R\$ 12.707 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2011);
- Janeiro de 1995 a dezembro de 1996 - Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, corresponde a R\$ 2.852 (R\$ 2.524 em 31 de dezembro de 2011); e
- Junho de 1995 a dezembro de 2000 - Valores correspondentes às contribuições da patrocinadora que, em 31 de dezembro de 2012, são equivalentes a R\$ 22.517 (R\$ 19.925 em 31 de dezembro de 2011).

Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na Nota Explicativa nº 5.b.

b. Contribuições "contratadas"

Registraram o montante da dívida "contratada" com as patrocinadoras INB e Nuclep referente a contratos firmados em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, como segue:

Patrocinadora INB (parcelas a vencer)

Em maio de 2006, conforme acordo judicial, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletida no resultado daquele exercício. O registro contábil ocorreu após a homologação em juízo da transação, em novembro de 2006. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.568, que devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 152.938 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 145.394 em 31 de dezembro de 2011).

Patrocinadora Nuclep (parcelas vencidas)

Registra o montante da dívida "contratada" com a patrocinadora Nuclep referente a contrato firmado em 31 de dezembro de 1994, como se segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, equivale a R\$ 115.309 (R\$ 90.663 em 31 de dezembro de 2011);
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, equivale a R\$ 332.900 (R\$ 261.746 em 31 de dezembro de 2011);
- Por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora Nuclep foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007 e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora Nuclep, que atualizada para a data referida era de R\$ 265.204. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.111, que atualizado pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 175.343 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 167.595 em 31 de dezembro de 2011). Os pagamentos começaram a ser efetuados em novembro de 2009, por conta da carência de dois anos prevista no acordo firmado entre as partes.
- Em 13 de julho de 2011, foi julgado o recurso da Apelação nº 2007.001.65700 interposta pela Nuclep, no qual se

discutia a existência ou não de um saldo remanescente da dívida. O recurso foi parcialmente acolhido pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para determinar que o valor pactuado com o Nucleos, em 21 de novembro de 2007, de R\$ 120.111 corresponde ao total da referida dívida, no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3. Contra a decisão proferida na apelação foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que tiveram seguimento negado pelo Tribunal de origem. Aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial interposto pelo Nucleos.

Portanto, o restante da dívida ainda está pendente do trânsito em julgado da decisão judicial de segunda instância ocorrida em 2011, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, monta a quantia de R\$ 486.285 (R\$ 386.102 em 31 de dezembro de 2011) e está totalmente provisionado para perda, conforme segue:

	2012	2011
Contribuições não recolhidas até 31 de agosto de 1988	12.707	11.244
Contribuições não recolhidas posterior a 31 de agosto de 1988	25.369	22.449
Contribuições contratadas (Previdencial)	115.309	90.663
Contribuições contratadas (Assistencial)	332.900	261.746
Total da provisão para perda	486.285	386.102

c. Depósitos judiciais e recursais

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos judiciais

envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade do primeiro dia útil do mês da caderneta de poupança, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 1.140 (R\$ 965 em 31 de dezembro de 2011).

d. Outros realizáveis

Correspondem principalmente aos valores pendentes a receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a adiantamentos concedidos aos assistidos do Nucleos por conta de convênio com o INSS, já encerrado em 2009. O saldo da rubrica "outros realizáveis", em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 116 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2011).

e. Cobrança judicial

Em 16 de dezembro de 2002, a Entidade ajuizou contra a Nuclep ação de cobrança no montante de R\$ 147.493, apurado à época, relativa às contribuições em atraso, contratadas e não "contratadas", conforme demonstrado no quadro apresentado no início da Nota Explicativa nº 5.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5b, em 21 de novembro de 2007, foi homologado acordo judicial para pagamento parcial da dívida da patrocinadora Nuclep, no montante de R\$ 120.111, referente à parte incontroversa e reconhecida pela patrocinadora, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o saldo residual da dívida, que já havia sido reconhecido por meio de sentença de primeira instância. A controvérsia reside no critério de correção/remuneração desse saldo residual da dívida.

6

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes e o saldo do almoxarifado. A composição é como segue:

	2012	2011
Contas a receber	79	38
Despesas antecipadas	20	13
Depósitos judiciais/recursais	66	69
Total	165	120

7

INVESTIMENTOS

	2012	2011
Créditos privados e depósitos		
Certificado de depósito bancário (i)	5.100	-
Debêntures não conversíveis	21.364	25.825
Total de Créditos privados e depósitos	26.464	25.825
Fundos de investimento:		
Renda fixa:		
Cotas de fundos de renda fixa	826.410	586.269
Cotas de fundos de multimercado	466.524	420.157
Renda variável:		
Cotas de fundos de investimento em ações	220.128	136.582
Investimentos estruturados:		
Cotas de fundos de investimento em participações	29.872	27.808
Total dos fundos de investimento	1.542.934	1.170.816
Investimentos imobiliários:		
Terreno e edificações	40.230	40.252
Direitos em alienação de investimento imobiliário	508	740
Total de Investimentos imobiliários	40.738	40.992
Operações com participantes:		
Empréstimos	10.702	12.896
Depósitos judiciais e recursais	7.116	6.570
Outros realizáveis	16.148	16.753
Total dos investimentos	1.644.102	1.273.852

(i) Transferido da carteira do fundo Nucleos II em 15 de junho de 2012 para a carteira própria, cuja aquisição ocorreu em 05 de outubro de 2006. O valor de mercado do título em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 4.674.

Títulos de renda fixa

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários de renda fixa foram classificados como:

Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelos custos de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data do balanço.

	2012		2011	
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos privados:				
Debêntures não conversíveis				
Triunfo Participações (TRFP)	6.108	6.108	11.352	11.352
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	4.201	4.201	3.964	3.964
Sanesalto Saneamento	11.055	11.055	10.509	10.509
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	29.635	-	24.451	-
Provisão para perda (Ulbra)	(29.635)	-	(24.451)	-
Têxtil Renaux (TXRX)	15.111	-	14.888	-
Provisão para perda (TXRX)	(15.111)	-	(14.888)	-
Total	21.364	21.364	25.825	25.825

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Por faixa de vencimento:	2012		2011
	2012	2011	2011
Até 360 dias	6.108	-	-
Entre 361 dias e 1.080 dias	4.201	15.316	-
A partir de 1.081 dias	11.055	10.509	-
	21.364	25.825	-

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados ao valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

Provisão para perdas

Em 31 de agosto de 2006, foi constituída provisão para perda no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, equivalente a

100% do ativo em questão. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 15.111 (R\$ 14.888 em 31 de dezembro de 2011). O Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda o desfecho do processo.

Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda no valor de R\$ 15.749, referente à posição de 26.829 debêntures da empresa Ulbra, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 29.635 (R\$ 24.451 em 31 de dezembro de 2011). O Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela Ulbra na escritura de emissão de debêntures, e aguarda o desfecho do processo.

Títulos para negociação

Nessa rubrica foram classificados todos os títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - Sulamérica Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos II - GAP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV - Votorantim Fundo de Investimento em Ações e Nucleos V - Votorantim ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo.

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado.

Os fundos de investimento são registrados pelo valor de mercado apurado e ajustados pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do Bacen e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, líquidos dos efeitos tributários, até a alienação ou imparidade (*impairment*) dos respectivos títulos.

	2012	2011
	Valor de mercado	Valor de mercado
Créditos privados e depósitos		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	5.100	-
Fundos de investimento		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.341	24.028
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	33.594
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional - Série B	979.178	706.175
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional - Série C	103.748	80.544
NTN-F - Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	1.010
Operação compromissada	35.833	18.392
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	39.184
Debêntures	78.526	46.065
Ações	154.837	121.816
Letras financeiras subordinadas	92.111	74.757
Cotas de fundos de investimentos	60.172	587
Outros/Direitos e obrigações dos fundos	316	(3.144)
Subtotal	1.513.062	1.143.008
Cotas de fundos de investimento em participações: (7.a)		
CRT FIP	23.948	23.655
Energia PCH FIP	5.924	4.153
Total de cotas	29.872	27.808
Total de fundos de investimento	1.542.934	1.170.816
Total de títulos para negociação	1.548.034	1.170.816

(7.a) Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pela cota do último dia útil do mês, informada pelo administrador do respectivo fundo. O Nucleos possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP, que, por sua vez, tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A., bem como aproximadamente 1% do Energia PCH FIP, que, por sua vez, possui em carteira, principalmente, adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e ações da referida empresa, representando 42,21% e 53,05% do total da carteira do PCH FIP, respectivamente.

Quanto ao CRT FIP, o Nucleos está desenquadradado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/09, por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003. O Nucleos

iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas semestrais, através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até a data do balanço, não houve interessados. Para 2013, as ofertas públicas serão realizadas trimestralmente, visando aumentar a possibilidade de alienação da parte excedente.

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos inerentes a essas aquisições, reavaliados a valor de mercado com intervalo máximo de três anos deduzidos da depreciação, exceto de terrenos. O quadro a seguir demonstra a posição da carteira de imóveis com data-base em 31 de dezembro de 2012:

Imóvel	Data da última avaliação	Valor contábil antes da reavaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil 31/12/2012	Valor contábil 31/12/2011
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	12/2011	7.218	11.100	11.063	11.100
Rua Victor Civita, 66 - Barra da Tijuca	12/2011	3.633	5.415	5.376	5.415
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	06/2011	-	11.940	11.637	11.682
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	09/2011	-	12.000	11.807	11.853
Aluguéis e outros valores a receber				347	202
Direitos em alienação				508	740
Total				40.738	40.992

As avaliações foram realizadas pelas empresas Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - APET - EPP, CNPJ nº 32.321.333/0001-09, e Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ nº 02.393.061/0001-91.

Os direitos em alienação correspondem à venda de participação do Shopping Light em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo. O Nucleos vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por

R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas anuais de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês, sendo a última parcela com vencimento em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a receber monta a R\$ 508 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2011).

Empréstimos

Representam o montante dos empré

timos concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do "mínimo atuarial" (rentabilidade mínima dos ativos da Entidade), INPC acrescido de 6% ao ano para os contratos assinados até fevereiro de 2010 e de INPC mais 7% a.a. para os contratos assinados a partir de março de 2010.

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

	2012	2011
Principal e encargos contratuais	12.163	13.083
(-) Provisão para perda	(1.461)	(187)
Total	10.702	12.896

A Entidade adotou medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos créditos com a inscrição dos mutuários no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito e o ingresso com ações monitórias e de execução contra os devedores.

Depósitos judiciais e recursais

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos judiciais relativos a investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic, atingindo o saldo, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 7.116 (R\$ 6.570 em 31 de dezembro de 2011).

OUTROS REALIZÁVEIS

	2012	2011
RET	34	34
IOF a recuperar	5.107	5.712
Bacen	6.069	6.069
INSS	4.938	4.938
Total	16.148	16.753

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

IOF a recuperar - Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em dez parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007. Em 2012, foi recebida a sexta parcela, no valor de R\$ 1.299.

Bacen - Crédito em favor do Nucleos, nos autos do processo movido contra o Bacen (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

INSS - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao resarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.



O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do Nucleos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios e 20% para computadores e periféricos.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de software e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

	31/12/2011	Depreciação/ amortização	Adições	Baixas	31/12/2012
Imobilizado					
Móveis e utensílios	95	(17)	2	(2)	78
Computadores e periféricos	168	(60)	308	-	416
Total do imobilizado	263	(77)	310	(2)	494
Intangível	-	(1)	56	-	55
Diferido	83	(35)	-	-	48
Total do ativo permanente	346	(113)	366	(2)	597

9

EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável.

	2012	2011
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	1	2
Retenções a recolher	191	298
Total	192	300
Gestão administrativa		
Contas a pagar	595	489
Retenções a recolher	287	187
Total	882	676
Investimentos	50	150
Total do exigível operacional	1.124	1.126

10

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a. Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a Entidade é parte. As provisões para contingências são como segue:

	2012	2011
Provisões para contingências		
Gestão previdencial	2.351	1.173
Gestão administrativa	152	119
Investimentos	4.953	10.451
Total das contingências passivas	7.456	11.743

Em dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 2.045 das provisões para contingências dos investimentos para a gestão previdencial referente à ação de natureza cível-previdenciária.

O valor envolvido (estimado) nas ações judiciais em que a Entidade figura como ré, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pelos consultores jurídicos, monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 3.075 (R\$ 188 em 31 de dezembro de 2011).

O Nucleos contesta judicialmente a cobrança de débitos tributários referentes à Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), IOF, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela SRF e Procuradoria da Fazenda Nacional, nos autos da Execução Fiscal nº 0512599-61.2008.4.02.5101, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pela consultoria jurídica da Entidade. O valor do débito envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.767 (R\$ 1.695 em 31 de dezembro de 2011) e está garantido por depósito judicial, efetuado em 30 de outubro de 2008, no valor de R\$ 1.703, que atualizado monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 2.395 (R\$ 2.250 em 31 de dezembro de 2011).

b. Contingências ativas

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao

valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos do Instituto. Contudo, a ação movida pela Abrapp (processo nº 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em novembro de 2010 decisão ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o Nucleos efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela Abrapp. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela Previc, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/Diace/Previc.

Em 30 de junho de 2011, a Abrapp ingressou no processo com uma petição de execução contemplando memória discriminada e atualizada de cálculo do débito principal e requerendo a citação do devedor FND para concordar com os cálculos ou opor embargos.

Em janeiro de 2012, a União ingressou com Ação Rescisória com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela Abrapp no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória. As alegações da União foram contestadas pela Abrapp e aguarda-se o julgamento da Ação.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O patrimônio de cobertura do plano monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 1.845.494 (R\$1.574.296 em 31 de dezembro de 2011), representando o valor necessário para a cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade, calculados na data do balanço.

a. Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano de Benefícios administrado pelo Nucleos e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

	2012	2011
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	424.424	355.880
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.411.190	1.219.784
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	60.253	53.537
Total de benefícios a conceder	1.471.443	1.273.321
(-) Provisões matemáticas a constituir		
(-) Serviço passado	(50.373)	(54.905)
Total das provisões matemáticas	1.845.494	1.574.296

Benefícios concedidos

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Benefícios a conceder

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Provisões matemáticas a constituir

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do Plano (Serviço Passado). Essa provisão reflete o custo com os participantes que já se encontravam em atividade na empresa patrocinadora na data de criação do plano.

O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2012 e 2011 estão resumidas a seguir:

	2012	2011
Tábuas de mortalidade geral	AT-2000 desagravada em 10%	AT-2000 desagravada em 10%
Tábuas de mortalidade de inválidos	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%
Tábuas de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento real de salários	2,01% a.a.	2,01% a.a.
Taxa anual de juros	6% a.a.	6% a.a.

b. Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	2012	2011
Resultados realizados		
Até o exercício anterior	-	(1.186)
No exercício atual	-	1.186
Superávit/déficit técnico acumulado	-	-

O resultado realizado no exercício atual pode ser assim apresentado:

Gestão previdencial	2012	2011
Adições		
Contribuições previdenciais	69.071	38.628
Remuneração das contribuições em atraso	4.383	4.149
Provenientes de contribuições contratadas	133.227	113.930
Total das adições	206.681	156.707

Deduções		
Benefícios de prestação continuada	(37.287)	(32.161)
Institutos	(242)	(289)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(105.180)	(81.938)
Outras despesas	(292)	(3)
Total das deduções	(143.001)	(114.391)

Constituição de contingências	(1.089)	(216)
Custeio administrativo previdencial	(10.504)	(5.825)
Resultado dos investimentos do PBB	338.503	121.276
Constituição de provisões matemáticas	(271.198)	(156.365)
Constituição de fundo previdencial	(119.392)	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	1.186

O resultado da gestão administrativa no exercício é apresentado como segue:

Gestão administrativa	2012	2011
Receitas		
Custeio administrativo previdencial	10.504	5.825
Custeio administrativo dos investimentos	1.402	3.821
Taxa de administração de empréstimos	88	180
Receitas diretas	74	131
Total das receitas	12.068	9.957
Despesas		
Pessoal e encargos	(6.809)	(5.504)
Treinamento/congressos e seminários	(133)	(99)
Viagens e estadias	(149)	(108)
Serviços de terceiros	(1.690)	(1.681)
Despesas gerais	(2.491)	(2.416)
Depreciação/amortização	(113)	(114)
Total das despesas	(11.385)	(9.922)
Constituição de contingências	(34)	(35)
Resultado dos investimentos do PGA	894	486
Constituição de fundo administrativo	1.543	486

O resultado dos investimentos no exercício é apresentado como segue:

Investimentos	2012	2011
Rendas/variações líquidas		
Títulos públicos	-	6
Créditos privados e depósitos	3.847	4.652
Fundos de investimento	327.678	102.953
Investimentos imobiliários	3.141	17.645
Empréstimos a participantes	109	1.765
Outros investimentos	381	1.147
Total das rendas/variações líquidas	335.156	128.168
Reversão/ (constituição) de contingências	6.044	(2.392)
Custeio administrativo dos investimentos	(1.490)	(3.821)
Constituição de fundos de investimentos	(313)	(193)
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	339.397	121.762

12 | FUNDOS

Os fundos constituídos apresentam em 31 de dezembro os seguintes saldos:

	2012	2011
Fundos previdenciais	119.392	-
Fundos administrativos	5.508	3.965
Fundos dos investimentos	1.155	842
Total	126.055	4.807

Fundo previdencial

O fundo previdencial é o fundo previsto em nota técnica atuarial, constituído com o resultado superavitário do plano de benefícios no exercício e é destinado a corrigir desequilíbrios financeiros e atuariais provenientes da redução da taxa real de juros utilizada no cálculo das provisões matemáticas. O fundo será atualizado mensalmente pela taxa de retorno dos investimentos do Plano Básico de Benefícios.

Fundo administrativo

O fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado da gestão administrativa, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas, em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos nos quais possua recursos aplicados.

Fundos dos investimentos

Os fundos dos investimentos são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos; e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.

13 | CUSTEIO ADMINISTRATIVO E RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, pelo resultado dos investimentos, ajustados pelas receitas administrativas diretas e a rentabilidade do fundo administrativo, conforme definido no Regulamento PGA.

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e de inves-

timentos é precedido da análise da natureza, e a atividade envolvida podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou investimentos, dependendo da especificidade, ou rateada com a utilização de percentuais de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

Norman Victor Walter Hime

Presidente e
Diretor de Benefícios (interino)
CPF - 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso

Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Reginaldo de Santana Ribeiro

Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04

Faça a escolha certa ao contratar o Sistema de Previdência para a sua entidade.



Sysprev
Web

O Sistema corporativo de Previdência completo que reúne funcionalidade, tecnologia de ponta e atendimento especializado para instituições de Previdência.



PREVIDENCIÁRIO



ADMINISTRATIVO



INVESTIMENTO



ASSISTENCIAL



CALL CENTER



OBRIGAÇÕES



FERRAMENTAS

**SEJA UM PARCEIRO DA MESTRA E GARANTA OS
MELHORES RESULTADOS NA GESTÃO DA SUA ENTIDADE.**

Mestra
informática

M A L T A C O S T E
B A L T I C O
A B I C U M

de Topanga
Tobago

Yves de

slatt

nd

R



Motala
Metifora
ALGER V. Tedmensust
Gezaira

Bresch Corvelli

PARECERES

“

*Nada está feito
enquanto resta
alguma coisa para
fazer.*

Romain Rolland

”

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas do
Nucleos - Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Nucleos - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Nucleos - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Previc.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1SP197193/O-6

73

2

PARECER ATUARIAL – TOWERS WATSON

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano Básico de Benefícios do Nucleos - Instituto de Seguridade Social foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pelo Nucleos posicionado em 30 de junho de 2012.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31 de dezembro de 2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pelo Nucleos verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente do Instituto e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB, Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – Nuclep, Eletrobrás Termonuclear S/A – Eletronuclear e Nucleos Instituto de Seguridade Social oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados, considerando o regime de solidariedade dos compromissos entre todas as empresas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela portaria Previc nº 631, de 04 de novembro de 2011.

I. Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2012
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	3.480
Idade média (em anos) ¹	42,5
Tempo de serviço médio (em anos) ¹	13,4

Benefícios Concedidos	30/06/2012
Número de aposentados válidos	661
Número de aposentados inválidos ²	106
Número de pensionistas (grupos familiares)	213

¹ Base de dados de 30/06/2012 com valores posicionados em 31/10/2012.

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos.

II. Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e o Nucleos e contam com o aval das patrocinadoras do Plano Básico de Benefícios conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Na presente avaliação foram mantidas as mesmas hipóteses e os métodos utilizados na avaliação de 2011.

A seguir estão relacionadas às hipóteses e os métodos utilizados para a apuração das provisões matemáticas:

HIPÓTESES ATUARIAIS

Hipóteses Económicas e Financeiras	2012	2011
Taxa real anual de juros	6,00% a.a.	6,00% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,01% a.a.	2,01% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
• Salários	98,01%	98,01%
• Benefícios do plano	98,01%	98,01%
• Benefícios do INSS	98,01%	98,01%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Tábuas de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 ²	AT-1949 ²
Tábuas de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábuas de Rotatividade	Até 47 anos: NUCLEOS: 5% Demais Patrocinadoras: 1% A partir de 48 anos: Nula	Até 47 anos: NUCLEOS: 5% Demais Patrocinadoras: 1% A partir de 48 anos: Nula

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo

² Agravada em 100%, segregada por sexo

Outras hipóteses	2012	2011
Elegibilidade ao INSS	30 anos para mulher e 35 para os homens	30 anos para mulher e 35 para os homens
Tempo de vinculação ao INSS	Máximo entre o tempo de serviço na patrocinadora e a idade menos 18 anos	Máximo entre o tempo de serviço na patrocinadora e a idade menos 18 anos
Composição familiar:		
• Benefícios concedidos:		
• Aposentados	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
• Pensionistas	Composição real	Composição real
• Benefícios a conceder:		
• Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
• Filhos	2	2

A seguir estão descritas as fundamentações para as principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juro é utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos no Regulamento do Plano Básico de Benefícios, deve ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno dos investimentos do plano na data base da avaliação atuarial.

O Nucleos contratou a empresa Risk Office para conduzir o estudo de ALM que tem como objetivo apresentar a melhor alocação de ativos de acordo com as características do passivo atuarial do plano, das condições da carteira atual de ativos do plano, dos ativos elegíveis e dos cenários econômicos adotados para a projeção.

Neste contexto, a referida empresa analisou o retorno de investimentos dos próximos anos considerando a carteira sugerida pelo estudo de ALM e emitiu parecer, assinado por atuário habilitado, onde consta a rentabilidade esperada da carteira para os próximos 10 anos.

Observou-se que no ano de 2013 a rentabilidade esperada para a carteira é superior à meta atuarial de INPC + 6% a.a., porém para os anos seguintes o retorno dos investimentos é inferior à meta atuarial de 6% a.a.

Com base neste estudo o Nucleos decidiu por adotar, no ano de 2012, a taxa de juros de 6% a.a. e utilizar o escalonamento previsto no texto da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 09/2012, reduzindo a taxa em 0,25% ao ano até alcançar o patamar de 4,5% a.a. na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2018.

É importante destacar que a referida Resolução dispõe claramente que deverá haver convergência entre a taxa de juros adotada na avaliação atuarial e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos da entidade.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep, com base na Resolução CCE Nº 09/96, recomendaram a manutenção, para os próximos exercícios, da taxa real de crescimento salarial de 2,01% a.a. (capitalização de 1% a título de anuênio e 1% a título de ganhos por promoções).

Para a patrocinadora Nucleos, por não dispor de massa crítica para a realização de teste estatístico para determinação desta hipótese, foi considerado o mesmo percentual de 2,01% a.a. adotado para as demais patrocinadoras.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção do fator de 98,01% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,5%. Isto significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios em torno de 2%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábua biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e rotatividade de uma população em função da idade e do sexo.

Baseado em estudos realizados por atuário habilitado, pertencente ao quadro funcional da entidade, as tábua biométricas utilizadas para a projeção de longevidade estão aderentes ao perfil da massa de participantes do plano.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime Financeiro – Regime de Capitalização
- Método Atuarial – Método Agregado

Regime de Capitalização

O Regime de Capitalização induz ao financiamento gradual dos benefícios futuros do plano ao longo da vida do participante. Neste Regime existem diversas formas de distribuição do custo. A forma em que se dá essa distribuição é que define o método de capitalização.

Método Agregado

Para cada participante é calculado o valor atual, na data da avaliação, dos benefícios projetados até a data prevista do início do pagamento do benefício, levando-se em conta hipóteses para mortalidade, rotatividade, invalidez, aposentadoria e o crescimento salarial previsto até aquela data.

A Provisão Matemática é igual ao valor atual dos benefícios futuros de todos os participantes menos o valor atual de todas as contribuições futuras baseadas no método de custeio vigente na data da avaliação.

O Custo Normal é igual ao valor atual dos benefícios futuros de todos os participantes menos o Ativo do plano, dividido pelo valor atual dos salários futuros de todos os participantes.

• Índice de Reajuste dos Benefícios

Os benefícios concedidos serão atualizados nas mesmas épocas e pelos mesmos índices de reajuste do INSS.

III. Patrimônio Social

Com base no Balanço do Nucleos de 31 de dezembro de 2012, o Patrimônio Social é de R\$1.971.548.533,47.

De acordo com informações prestadas pelo Nucleos, para a manutenção de títulos marcados na curva, o Instituto possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo Nucleos.

IV. Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Valores em R\$

Patrimônio de Cobertura do Plano	1.845.493.842,16
Provisões Matemáticas	1.845.493.842,16
Benefícios Concedidos	424.424.251,65
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	424.424.251,65
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	320.705.468,47
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	103.718.783,18
Benefícios a Conceder	1.471.442.373,44
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.411.190.065,06
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.728.943.250,85
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(167.869.008,05)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(149.884.177,74)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	60.252.308,38
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	73.554.579,45
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(7.027.589,81)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(6.274.681,26)
Provisão Matemática a Constituir	(50.372.782,93)
Serviço Passado	(50.372.782,93)
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Fundos	126.054.691,31
Fundo Administrativo	5.507.392,29
Fundo de Investimento	1.154.939,20
Fundo Previdencial	119.392.359,82

Considerando que a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos está totalmente integralizada, o valor presente das contribuições futuras das patrocinadoras paritárias às contribuições dos atuais assistidos está sendo utilizada para financiar os benefícios a conceder do plano.

Na presente avaliação atuarial foi criado o Fundo Previdencial no montante de R\$ 119.392.359,82, com os recursos oriundos da rentabilidade do patrimônio acima da meta atuarial e da manutenção das taxas de contribuição de 2012 para 2013, contemplando no cálculo atuarial a paridade das contribuições das patrocinadoras com aquelas efetuadas pelos participantes

ativos e, também, com os assistidos. A finalidade desse fundo é dar cobertura aos impactos decorrentes da alteração da taxa de juros na forma prevista na Resolução CNPC nº 9/2012, nos próximos anos. Esse fundo será atualizado mensalmente pela taxa de retorno dos investimentos do Plano Básico de Benefícios. A redução do patamar da taxa de juros de 6% para 5,75% ao ano, que de acordo com a Resolução nº 9 deverá ser considerada no plano de custeio para 2014, apontaria para a necessidade de incremento do Passivo Atuarial no valor de R\$ 88.786.757,21 em 31 de dezembro de 2012. Sendo, portanto o Fundo Previdencial superior ao valor do incremento.

V. Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2012.

Valores em R\$

	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Variação em %
Passivo Atuarial	1.895.866.625,09	1.823.687.027,20	3,96%
Benefícios Concedidos	424.424.251,65	366.248.971,04	15,88%
Valor Atual dos Benefícios Futuros	424.424.251,65	366.248.971,04	15,88%
Benefícios a Conceder	1.471.442.373,44	1.457.438.056,16	0,96%
Valor Atual dos Benefícios Futuros	1.802.497.830,30	1.790.403.994,59	0,68%
Valor Atual das Contribuições Futuras	(331.055.456,86)	(332.965.938,43)	(0,57%)

Comparando-se os valores de "Passivo Atuarial" observa-se um aumento de R\$ 72.179.597,89 que se deve, principalmente, à variação salarial acima do esperado. Esta variação ainda é consequência do plano de cargos e salários implementado pelas patrocinadoras nos anos de 2010 e 2011.

Tendo em vista que o método atuarial utilizado é o agregado, a variação do valor atual das contribuições futuras decorre do ajuste do custeio para o equilíbrio do plano. Na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2012, foi mantido o custeio total do plano, sendo considerado, no Valor Atual das Contribuições Futuras, as contribuições que as patrocinadoras irão recolher para o plano paritariamente com os atuais participantes, inclusive os assistidos.

O acréscimo do valor presente dos benefícios concedidos decorre, entre outros motivos, da concessão de novos benefícios e da revisão de alguns benefícios em manutenção.

VI. Plano de Custeio

Para atender ao disposto no artigo 18⁽¹⁾ da Lei Complementar 109, de 29/05/01, as taxas de custeio dos participantes e patrocinadoras devem ser revistas anualmente de forma a garantir o equilíbrio do plano de benefícios. Os critérios para este cálculo foram estabelecidos

respeitando a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

(1) Art. 18. O plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador (...)

Plano de Custeio para 2013

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio de 2012, a partir de 01 de abril de 2013 deverão ser adotadas as seguintes taxas de contribuição:

Taxas de contribuição (*)	Plano de Custeio (%)
A. Patrocinadores (A.1 + A.2 + A.3)	11,08%
A.1 – Custo Normal – Participantes Ativos (Paridade)	7,19%
A.2 – Custo Normal – Participantes Assistidos (Paridade)	0,86%
A.3 – Extraordinária (Serviço Passado)	3,03%
B – Participantes Ativos	7,19%
C – Participantes Assistidos	8,00%

- (*) A. Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos;
B. Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos;
C. Incidente sobre os benefícios dos assistidos que recebem abono.

A taxa indicada no item A.1 do quadro acima (7,19%) corresponde ao custo médio nivelado estimado da contribuição da patrocinadora para a paridade com a contribuição dos participantes ativos (7,19%, conforme item B). Por sua vez, a taxa indicada no item A.2 (0,86%) corresponde ao custo médio nivelado estimado da contribuição paritária da patrocinadora com a contribuição dos participantes assistidos. Dessa forma, em conformidade com o Plano de Custo para 2013, as patrocinadoras deverão recolher mensalmente ao Nucleos a importância equivalente ao produto da aplicação da taxa prevista no item A.1 acrescida da taxa prevista no item A.2, totalizando 8,05% sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados, participantes do Nucleos. Em contrapartida, através da folha de benefícios, o Nucleos recolherá as contribuições normais efetuadas pelos participantes assistidos e, ao final de cada trimestre, será verificada a equivalência financeira da paridade contributiva entre as contribuições efetuadas por patrocinadora e participantes ativos e assistidos com base nos valores registrados no balancete, realizando os ajustes financeiros necessários. As patrocinadoras também deverão recolher mensalmente ao Nucleos a importância equivalente ao produto da aplicação da taxa prevista no item A.3 (Serviço Passado), de 3,03%, sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados, participantes do Nucleos.

A taxa para cobertura do Serviço Passado é recalculada a cada ano considerando o prazo remanescente, com previsão de término em novembro de 2020.

Os percentuais de contribuição indicados neste parecer para as patrocinadoras e para os participantes, incluindo os assistidos, deverão incidir também sobre o 13º salário/benefício.

A taxa média de contribuição dos participantes ativos de 7,19% aplicada sobre o salário de participação é equivalen-

te ao resultado da soma das seguintes parcelas:

Faixa Salarial	Percentuais de Contribuição
Sobre o salário de participação	2,83%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do maior salário de benefício do INSS	2,81%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o maior salário de benefício do INSS	5,70%

A contribuição dos participantes assistidos, paga somente pelos que recebem abono, foi mantida em 8% do valor do benefício supletivo, conforme adotada nos anos anteriores.

Das receitas de contribuição normal e para cobertura do serviço passado das patrocinadoras, dos participantes e assistidos deverá ser descontada a taxa de 15% para cobertura das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do autopatrocínio assumem cumulativamente as contribuições de participante e de patrocinadora previstas no Regulamento do Plano Básico de Benefícios, inclusive aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) devem assumir o pagamento dos custos administrativos e as coberturas dos benefícios de morte e invalidez, nos casos em que fizerem opção pela garantia desses benefícios.

Com relação aos custos administrativos o Conselho Deliberativo do Nucleos, conforme determina o § 9º do Artigo 40 decidiu que a referida cobrança seria a mesma prevista no plano de custeio de 2012, qual seja, calcular o valor da contribuição hipotética como se o participante optante pelo BPD fosse um par-

ticipante ativo e cobrar 15% desse valor a título de custeio para cobertura dos gastos administrativos.

Quanto às coberturas dos benefícios de morte e aposentadoria por invalidez dos optantes pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), no ano de 2012 o Conselho Deliberativo do Nucleos, conforme determina o § 10 do Artigo 40, decidiu cobrar as taxas calculadas atuarialmente de 0,36% (morte) e 0,21% (invalidez). Esses percentuais incidiram sobre o salário-de-participação, calculado pela mesma metodologia adotada no cálculo do salário-de-participação dos autopatrocínados. Por decisão do Conselho Deliberativo do Nucleos foi mantido para 2013 o critério de cálculo dos percentuais para as referidas coberturas. Assim sendo, com base nos resultados da avaliação atuarial de 2012 esses percentuais correspondem a 0,34% para a cobertura de morte e 0,19% para a da invalidez.

VII. Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos Instituto de Seguridade Social informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013

Miria Bellote de Azevedo

MIBA n° 482

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Emitido na 71ª reunião do Conselho Fiscal

Realizada em 14 de março de 2013

O Conselho Fiscal do Nucleos Instituto de Seguridade Social, após exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2012, apoiado no parecer da KPMG Auditores Independentes e da posição das provisões matemáticas em 31/12/2012, atestadas pela empresa Towers Watson, é de opinião que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2012, estando em condições de merecerem deliberação por parte do Conselho Deliberativo.

André Ribeiro Mignani
Presidente do Conselho Fiscal

Ezequiel Torres Gaspar
Conselheiro Fiscal Titular

Pedro Francisco Dias Calheiros Boite
Conselheiro Fiscal Titular

Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena
Conselheiro Fiscal Titular

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

O Conselho Deliberativo do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 172ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de março de 2013, consoante o previsto no Capítulo VIII, art. 35 do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício Definido e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, baseado no Parecer emitido pelo Conselho Fiscal em sua 71ª Reunião realizada no dia 14 de março de 2013.

Baseado no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis emitido pela KPMG Auditores Independentes, no Parecer do Conselho Fiscal e nas explicações/justificativas prestadas pelo Diretor Financeiro e o contador do NUCLEOS, o Conselho Deliberativo é de opinião que as Demonstrações Contábeis, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31 de dezembro de 2012.

Ângela Maria Gomes Langone
Presidente do Conselho

Paulo César da Rocha Dantas
Conselheiro Titular

Carlos Eduardo Del Negro Sansone
Conselheiro Titular

Nelson Ramos Nogueira Filho
Conselheiro Titular

Carlos Fernandes
Conselheiro Titular

André Luiz Fernandes de Almeida
Conselheiro Titular



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

“

*O homem que não
soube sobreviver
aos maus tempos,
não vai ver os bons.*

Máxima Hassídica ”

1 | INFORMAÇÕES GERAIS

Entidade: Nucleos Instituto de Seguridade Social (01688)

Vigência: 01.01.2013 a 31.12.2017

Ata da reunião do Conselho Deliberativo: 169 ª Reunião Ordinária, de 28/11/2012

Modalidade do Plano de Benefícios: Benefício Definido

CNPB do Plano: nº 19.790.022-74

Administrador responsável pelo Plano Básico de Benefícios:

Maria Aparecida da Silva

Meta atuarial: INPC + 6,00% a.a.

Mecanismo de informação da política de investimentos aos participantes: eletrônico.

Consultoria responsável pela elaboração do estudo de ALM (Asset Liability Management – Gestão de Ativos e Passivos): RiskOffice Consultoria Financeira Ltda.

3 | ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA

A alocação estratégica significa o referencial de longo prazo (acima de 5 anos) para a gestão de investimentos. Considera a estrutura do passivo do Plano de Benefícios e objetiva proporcionar rentabilidade, no mínimo, equivalente à sua meta atuarial, sem incorrer em risco excessivo. Em outras palavras, é a gestão do ativo com a finalidade de cobertura dos compromissos atuariais.

4 | METODOLOGIA DE MACROALOCAÇÃO

A metodologia empregada é o ALM, que consiste na identificação da alocação de ativos que maximize a relação entre os retornos esperados e os riscos, observando o conjunto das combinações entre os cenários adotados para as variáveis de mercado e os cenários simulados para o fluxo de caixa líquido dos benefícios.

Objetivando atualizar premissas e cenários, o estudo de ALM será revisado uma vez em cada exercício. No estudo de ALM utilizado para a elaboração desta Política de Investimentos é apresentado o detalhamento dos cenários macroeconômicos utilizados e dos resultados obtidos através da otimização.

2 | ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Resolução CMN nº 3.792, o administrador estatutário tecnicamente qualificado para todos os segmentos de aplicação da entidade é o seu Diretor Financeiro, Sr. Luiz Claudio Levy Cardoso, CPF: 776.079.377-49, telefone para contato: (21) 2173-1489, e-mail para contato: llevy@nucleos.com.br.

5 | CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário econômico adotado pelo estudo baseou-se nas projeções de juros e inflação elaboradas pela MCM Consultores. Os indexadores IMA-B, IFM e o IFM-I, foram calculados pelo RiskOffice. Para a projeção do Ibovespa, foi considerada a remuneração da Selic/CDI (título livre de risco) mais um prêmio de 4,50% a.a..

Cenário Utilizado: Data base Agosto/2012

Cenário Econômico								
Taxa Real (% a.a.) em relação ao IPCA								
Ano	INPC	SELIC	IBOVESPA	IFM	IFM-I	IPCA	IGP-M	IMA-B
2012	0,00	3,27	7,91	3,50	3,30	5,15	2,26	12,22
2013	0,00	1,80	6,38	1,93	1,82	5,60	-0,01	0,01
2014	0,00	2,17	6,76	2,32	2,19	5,22	0,14	3,93
2015	0,00	4,03	8,71	4,31	4,07	5,10	0,14	4,08
2016	0,00	4,86	9,58	5,20	4,91	4,90	0,12	4,56
2017	0,00	5,16	9,89	5,52	5,21	4,60	0,10	4,86
2018	0,00	5,26	10,00	5,63	5,32	4,50	0,10	4,87
2019	0,00	4,78	9,50	5,12	4,83	4,50	0,10	4,81
2020	0,00	4,41	9,10	4,71	4,45	4,40	0,09	4,83
2021	0,00	4,03	8,71	4,31	4,07	4,30	0,08	4,96
2022	0,00	3,65	8,31	3,90	3,68	4,20	0,07	4,94
2023	0,00	3,75	8,41	4,01	3,78	4,10	0,07	4,94
2024	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,06	4,94
2025	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,06	4,88
2026	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,06	4,88
2027	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,06	4,88
2028	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,06	4,88
2029	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2030	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2031	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2032	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2033	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2034	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2035	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2036	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2037	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,05	4,88
2038	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2039	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2040	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2041	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2042	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2043	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2044	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2045	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2046	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2047	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2048	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,04	4,88
2049	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,03	4,88
2050	0,00	3,85	8,52	4,12	3,88	4,00	0,03	4,88

SIMULAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

Com base nas premissas atuariais do Plano Básico de Benefícios, no seu regulamento e na base de dados dos participantes e assistidos, foram simulados fluxos de caixa das obrigações atuariais do plano, as quais foram utilizadas no processo de otimização da carteira de investimentos.

RESULTADOS DA OTIMIZAÇÃO

Macroalocação de Ativos

O estudo de ALM, através da metodologia de Fronteira Eficiente, destaca uma carteira ótima dentre mil combinações para a alocação estratégica dos investimentos do Instituto. Essa alocação é capaz de replicar uma rentabilidade média de 10,27% a.a. para os próximos cinco anos, com um risco anual (desvio padrão) de 27,29%. Para o horizonte total do estudo, de 30 anos, a rentabilida-

de média é de 9,51% a.a. e desvio padrão de 25,65%.

Microalocação de Ativos

Nos segmentos de renda fixa e renda variável, o início do processo de seleção dos investimentos que farão parte da carteira é a atualização periódica de informações. Isso envolve o acompanhamento de toda a legislação referente às EFPCs e ao mercado financeiro, bem como leitura de jornais e periódicos especializados, participação em seminários, palestras e cursos direcionados aos profissionais da área, reuniões e contatos com consultorias e demais profissionais de mercado. Esses recursos têm por objetivo fornecer todo o suporte técnico necessário para o acompanhamento dos mercados.

A segunda etapa do processo inclui a elaboração de um relatório baseado nas informações prestadas pelos gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Aditus. O relatório é apresentado pelo menos uma vez por mês ao Comitê Consultivo de Investimentos da entidade (CCI), abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.



Segmento de aplicação	Alocação	NUCLEOS		RESOLUÇÃO 3.792	
	Estratégica	limite inferior	limite superior	limite inferior	limite superior
Renda Fixa	63,72%	50,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	26,35%	0,00%	35,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	5,70%	0,00%	8,00%	0,00%	20,00%
• Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	2,02%	0,00%	3,00%	0,00%	20,00%
• Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	3,68%	0,00%	5,00%	0,00%	10,00%
• Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
• Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	3,50%	0,00%	6,00%	0,00%	8,00%
• Aluguéis e renda	3,50%	0,00%	6,00%	0,00%	8,00%
• Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
• Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
Operações com participantes	0,73%	0,00%	8,00%	0,00%	15,00%
• Empréstimos	0,73%	0,00%	8,00%	0,00%	15,00%
• Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

8

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos derivativos é permitida desde que estritamente observados os limites e condições previstos na Resolução CMN 3.792.

Considerando que a gestão da carteira de investimentos é terceirizada e discricionária, os administradores e os gestores dos fundos exclusivos de investimentos do Instituto são os responsáveis pela elaboração da avaliação prévia dos riscos envolvidos.

9

OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

As operações que tenham como objeto a oferta pública de ações, advindas de operações estruturadas de abertura de capital de empresas poderão ser adquiridas somente pelos gestores externos dos fundos de investimentos exclusivos até o limite máximo de 15% do patrimônio líquido de cada fundo de investimento. Para tanto, este deverá apresentar ao Instituto a justificativa técnica de aquisição.

10

VEDAÇÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

São vedadas as alocações de recursos nos seguintes ativos:

Renda Fixa

Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; notas de créditos à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; certificados de recebíveis de emissões de companhias securitizadoras; FIDC, FIC de FIDC; títulos ou valores mobiliários não mencionados explicitamente nos incisos do artigo 18 da resolução CMN 3.792.

Nota 1: Desde o primeiro dia útil de 2010 não foram mais permitidos investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. As posições existentes em 31 de dezembro de 2009 poderão ser mantidas até seu vencimento final.

Renda Variável

Títulos e valores mobiliários de emissão de sociedade de propósito específico (SPE); debêntures com participação nos lucros; certificados de potencial adicional de construção (CEPAC); certificações de reduções certificadas de emissão (RCE) ou de crédito de carbono do mercado voluntário; certificados de ouro físico.

Investimentos Estruturados

Não serão permitidos investimentos em cotas de fundos de investimento em participações e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em participações; em cotas de fundos de investimento em empresas emergentes e em cotas de fundos de investimento imobiliário. As posições existentes em 31 de agosto de 2005 poderão ser mantidas até seu vencimento final.

Investimentos no Exterior

Todo e qualquer investimento no exterior, exceto BDRs níveis II e III, haja vista que, apesar de serem classificados como investimento no exterior pela Res. CMN 3.792, esses ativos são equiparados a valores mobiliários transacionados no mercado doméstico pela CVM.

Imóveis

Empreendimentos imobiliários e outros imóveis que não destinados à locação. Fica vedada, ainda, a alocação de recursos em imóveis destinados à locação, quando for clara a existência de conflito de interesses.

Operações com Participantes

Financiamentos imobiliários.

11

VEDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE DAY TRADE

São vedadas as operações de Day Trade, nos fundos exclusivos que compõem os segmentos de renda fixa e variável.

12

META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento de Aplicação	Meta de Rentabilidade (Benchmark)
I – Renda Fixa	
a) Fundo Multimercado Exclusivo	60% IMA-B + 40% CDI
b) Fundo Exclusivo ALM	ALM
c) Fundo Caixa	100% CDI
d) Fundo Multimercado Institucional	101% SELIC
e) Carteira Própria	INPC + 6,5% a.a.
II – Renda Variável	
a) Fundo Bolsa Passiva	IBOVESPA
b) Fundo Bolsa Ativa	IBOVESPA + 2% a.a.
c) Fundo Bolsa Dividendos	IDIV
d) Fundo Bolsa Valor	IBOVESPA + 6% a.a.
e) Fundo de Fundos	IBOVESPA + 5% a.a.
III – Investimentos Estruturados	
a) Fundo de Investimento Multimercados	CDI + 4,5% a.a.
b) Fundo de Investimento em Fundos de Investimento Multimercados	CDI + 4,5% a.a.
c) Fundos de Investimento em Participações	INPC + 6,5% a.a.
IV – Imóveis	
a) Imóveis para aluguel e renda	INPC + *
V – Operações com Participantes	
a) Empréstimos	INPC + 7,0% a.a.

* Os imóveis foram rentabilizados conforme o escalonamento abaixo. A partir de 2018, a taxa é de 3,00% a.a.

Ano	X %
2012	6,00%
2013	5,50%
2014	5,00%
2015	4,50%
2016	4,00%
2017	3,50%
2018	3,00%

Legenda:

IFM-I: Índice de Fundos Multimercados Institucional

CDI: Certificado de Depósito Interbancário

IMA-B: Índice de Mercado ANBIMA atrelado à inflação medida pelo IPCA e atrelado aos títulos NTN-B.

Índice de Referência (Ibovespa, IBrX, IBrX-50, Small Caps), divulgado pela BM&F Bovespa

IDIV: Índice de Dividendos, divulgado pela BMF Bovespa

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE

SELIC: Taxa básica de juros brasileira, definida pelo Banco Central

13

APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS – METODOLOGIA OU FONTES DE REFERÊNCIA

Investimentos no Segmento de Renda Fixa e Renda Variável

Os ativos que compõem esses segmentos seguirão os princípios gerais e po-

líticas de marcação a mercado baseados no código de autorregulação para fundos de investimento e nas Diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA, as quais constam no manual de precificação de ativos utilizado pelo agente custodiante – Banco Bradesco e disponibilizado em seu site – www.bradesco-custodia.com.br.

O Nucleos incentiva o uso de plataformas eletrônicas de negociação por parte de seus gestores, de forma a obter o máximo de transparência nas negociações de seus ativos financeiros.

A aquisição de títulos públicos e privados deve ocorrer preferencialmente através do mercado primário ou do mercado secundário eletrônico.

Todos os títulos e valores mobiliários do Instituto devem ser marcados a mercado, exceto aqueles em que a Diretoria Executiva optar por carregar até o vencimento, suportado em estudo técnico, com recomendação do Comitê Consultivo de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo.

Investimentos Estruturados

FIP CRT: De acordo com o parágrafo segundo do artigo 31 do regulamento do fundo, utiliza-se o método de fluxo de caixa mensal descontado, elaborado com base nas informações e projeções financeiras fornecidas pela companhia.

Energia PCH FIP: De acordo com o Capítulo XV, artigo 54 e parágrafo único do regulamento do fundo, os ativos componentes da carteira do fundo serão avaliados e contabilizados diariamente pela administradora, conforme os seguintes critérios:

(i) as ações e os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão contabilizadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelo método de equivalên-

cia patrimonial, o que melhor refletir o valor de realização do investimento, a critério da administradora ou conforme deliberação da assembleia geral de quotistas ou, ainda, previsão do boletim de subscrição, no caso de integralização de quotas em ativos; (ii) títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa sem cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo custo de aquisição, ajustado pela curva do título, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento; (iii) os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa ou variável com cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com as regras vigentes de marcação a mercado e com a política interna de contabilização de ativos da administradora e/ou do gestor, fixados em seu Manual de Marcação a Mercado.

Parágrafo Único - Em situações em que a administradora considere que nenhum dos critérios para contabilização acima reflita adequadamente o valor de realização dos ativos do Fundo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor de realização, devendo comunicar ao Comitê Consultivo de Investimentos e aos quotistas a respeito dos critérios utilizados.

Imóveis

Laudo de avaliação com as especificações e critérios estabelecidos pelas Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT, além das exigências do Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil, CVM e SUSEP.

Empréstimos aos Participantes

Somatório dos saldos devedores atualizados, de acordo com as regras estabelecidas nos respectivos contratos de mútuo.

Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

Objetivos

Segundo o art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através do *Value at Risk* (VaR) e do *Benchmark Value-at-Risk* (B-VaR).

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

Value at Risk

O VaR é uma medida utilizada para controlar e avaliar o risco de mercado, sendo definido da seguinte forma: Medida, que demonstra (sob condições normais de mercado) a máxima perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O cálculo do VaR considerará:

- o modelo não paramétrico;

- horizonte de tempo de 21 dias úteis; e intervalo de confiança de 95%.

Benchmark-VaR

O B-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o benchmark definido.

O cálculo do B-VaR considerará:

- O modelo não paramétrico;
- Horizonte de tempo de 21 dias úteis; e intervalo de confiança de 95%.

O monitoramento dos investimentos será feito separadamente para os diferentes mandatos, com periodicidade mensal, de acordo com os seguintes limites:

Segmento de Aplicação	Limite de risco (B-Var)
I – Renda Fixa	
a) Fundo Multimercado Exclusivo	1,50%
b) Fundo Exclusivo ALM	6,50%
c) Fundo Caixa	0,50%
d) Fundo Multimercado Institucional	2,50%
e) Carteira Própria	NA
II – Renda Variável	
a) Fundo Bolsa Passiva	2,50%
b) Fundo Bolsa Ativa	5,00%
c) Fundo Bolsa Dividendos	8,00%
d) Fundo Bolsa Valor	15,00%
e) Fundo de Fundos	10,00%
III – Investimentos Estruturados	
a) Fundo de Investimento Multimercados	NA
b) Fundo de Investimento em Fundos de Investimento Multimercados	NA
c) Fundos de Investimento em Participações	NA
IV – Imóveis	
a) Imóveis para aluguel e renda	NA
V – Operações com Participantes	
a) Empréstimos	NA

Caso algum dos mandatos exceda o limite de VaR e B-VaR, cabe ao administrador do plano notificar seus gestores sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

Análise de Stress

Cenários de stress

A avaliação dos investimentos em análises de stress passa necessariamente pela definição de cenários de stress, que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de stress não precisam apresentar necessariamente relação com o passado, uma vez que buscam simular variações futuras adversas.

Controle

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: BM&F
- Periodicidade: mensal

O controle das análises de stress não obedecerá a nenhum limite, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

Risco Sistêmico

O risco sistêmico pode ser definido como o risco de perdas devido a alterações no ambiente operacional. Como exemplo, podemos citar o caso de uma

instituição financeira que não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um “efeito dominó”, que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia, que poderá levar a uma severa recessão.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos desenvolvidos pelo Banco Central do Brasil - Bacen, tais como o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED), que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

Em ocorrendo o colapso em questão, será elaborado um relatório de simulação de cenários para avaliação dos investimentos do Instituto, baseado nas informações prestadas pelos gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Aditus. O relatório será apresentado ao Comitê Consultivo de Investimentos da entidade (CCI) e ao Conselho Deliberativo (CD), abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como risco de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários detidos pelo Instituto em seus diversos segmentos de aplicação nos mercados em que são negociados.

O Instituto, observando a necessidade de liquidez imediata, mantém um per-

centual mínimo de seus recursos totais em ativos de alta liquidez.

Risco Operacional

O risco operacional pode ser definido como uma medida da incerteza dos retornos dos investimentos do Instituto caso seus sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de evitar falhas humanas, danos à infraestrutura de suporte, utilização indevida de modelos matemáticos, ou produtos, ou alterações no ambiente de negócios.

O Instituto adota as medidas necessárias ao controle e à avaliação dos riscos operacionais envolvidos na gestão de seus ativos.

Risco Legal

O risco legal pode ser definido como uma medida numérica da incerteza dos retornos de uma instituição, caso seus contratos não possam ser legalmente amparados por falta de representatividade por parte de um negociador, por documentação insuficiente, insolvência ou ilegalidade.

O Instituto adota as medidas necessárias ao controle e à avaliação do risco legal envolvidos na gestão de seus ativos.

Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada ao recebimento de um valor contratado/compromissado, a ser pago por um tomador de empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título, descontadas as expectativas de recuperação e realização de garantias.

No Instituto, as classificações de risco de crédito privado serão baseadas em classificações (*ratings*) estabelecidas pelas seguintes agências:

- a) Fitch Ratings
- b) Standard Poor's
- c) Moody's

Como Política de Investimentos, o Instituto somente irá adquirir títulos classificados como de baixo risco de crédito e que tenham sido avaliados por agência de classificação de risco em funcionamento no país. Os títulos privados adquiridos antes de 1º de setembro de 2005, e que constam da carteira própria, são as únicas exceções à regra e serão levados a vencimento.

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo papel de forma diversa, o Nucleos adotará para fins de classificação de risco de crédito aquela que for mais conservadora.

No entendimento do Instituto, são considerados como de baixo risco de crédito os seguintes níveis:

Agência Classificadora	Ratings Considerados como Baixo Risco de Crédito		
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Fitch Ratings	AAA(bra)	AA(bra)-	A(bra)-, F1(bra)
Moody's Investor	Aaa.br	Aa3br	A3.br
Standard & Poor's	brAAA	brAA- brA-1	brA-, brA-2

Risco de degradação da qualidade do crédito

Na eventualidade de uma degradação de crédito após a aquisição do ativo, o fato será objeto de comunicação aos órgãos estatutários que, conjuntamente com o Comitê Consultivo de Investimentos, definirão a providência a ser adotada, se cabível.

15 | RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A entidade não observa princípios de responsabilidade socioambiental.





“

*O discurso é o rosto
do espírito*

Séneca ”

QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DO NUCLEOS

Quadro de Certificados

Equipe Núcleos	Cargo
Norman Victor Walter Hime	Presidente e Diretor de Benefícios (interino)
Luiz Cláudio Levy Cardoso	Diretor Financeiro
Andreia Simões Lemos Alegre	Assessora Jurídica
Kenia Merheb Diniz	Assessora de Relacionamento
Jorge Pedro da Costa Ewbank	Gerente de Administração e Pessoal
Isaac Ferreira da Silva	Gerente de Controles e Tecnologia
Reginaldo de Santana Ribeiro	Gerente Financeiro
Ruy Costa Ferreira Filho	Gerente de Investimentos
Maria Luisa Miranda de Oliveira	Gerente de Seguridade Supletiva
Ângela Maria Gomes Langone	Presidente do Conselho Deliberativo
Paulo César da Rocha Dantas	Membro do Conselho Deliberativo

2

PARTICIPAÇÃO NAS COMISSÕES DA ABRAPP: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Equipe Nucleos	Comissão Técnica - Abrapp
Andreia Simões Lemos Alegre	Regional Sudeste - Assuntos Jurídicos
Fernando Martins Santos	Regional Sudeste - Contabilidade
Isaac Ferreira da Silva	Regional Sudeste - Governança
Italo José da Silva	Regional Sudeste - Atuária
Jorge Pedro da Costa Ewbank	Regional Sudeste - Recursos Humanos
Kenia Merheb Diniz	Regional Sudeste - Relacionamento com o Participante
Maria Luisa Miranda de Oliveira	Nacional - Atuária
Ruy Costa Ferreira Filho	Regional Sudeste - Investimentos
Suene Alves Brandão Guimarães	Regional Sudeste - Comunicação e Marketing

LISTAGEM DE COMUNICADOS EXPEDIDOS E DE EDIÇÕES DO NUCLIN E DO NUCLIN EXPRESS



“

Pequenas oportunidades são muitas vezes o começo de grandes empreendimentos.

Demóstenes

COMUNICADOS

Comunicados enviados aos participantes em 2012

Nº	Data	Assunto
001	09/01/2012	Tabela de cálculo de contribuição normal dos participantes ativos.
002	15/02/2012	Expediente no Nucleos durante o Carnaval.
003	01/03/2012	Tabela de cálculo de contribuição normal dos participantes ativos.
004	02/04/2012	Expediente no Nucleos durante a Semana Santa.
005	20/06/2012	Expediente no Nucleos – passeata no centro do Rio de Janeiro.
006	03/08/2012	Esclarecimentos das despesas com a Eleição para Diretor de Benefícios.
007	31/08/2012	Visita da Diretoria de Benefícios à patrocinadora INB, em Resende.
008	11/09/2012	Visita da Diretoria de Benefícios à patrocinadora Nuclep.
009	14/09/2012	Visita da Diretoria de Benefícios aos assistidos do Nucleos, em Poços de Caldas.
010	17/09/2012	Visita da Diretoria de Benefícios à patrocinadora INB, em Poços de Caldas.
011	10/10/2012	Expediente no Nucleos no feriado previdenciário.
012	14/11/2012	Expediente no Nucleos durante o feriado da Proclamação da República e da Consciência Negra.
012A	14/11/2012	Visita da Diretoria de Benefícios à sede da patrocinadora Eletronuclear.
013	22/11/2012	Nota de esclarecimento.
014	23/11/2012	Palestra de Educação Financeira e Previdenciária na patrocinadora INB, em Resende.
015	07/12/2012	Informação ao participante sobre Ação Penal.
016	11/12/2012	Renúncia da Diretora de Benefícios eleita, Maria Aparecida da Silva.
017	13/12/2012	Expediente no Nucleos – confraternização de fim de ano.
018	20/12/2012	Expediente no Nucleos – Natal.
019	27/12/2012	Expediente no Nucleos – Ano Novo.



2

EDIÇÕES DO INFORMATIVO NUCLIN

Edições do Informativo Nuclin		
Nº	Data	Imagem
67	Março/Abril 2012	
68	Setembro/ Outubro 2012	

103

nº 36 | 29/06/2012

nº 39 | 24/08/2012

nº 37 | 06/07/2012

nº 38 | 24/07/2012

nº 40 | 03/09/2012

The image shows a double-page spread from a magazine. The left page features a large, bold title 'AS PORTAS ESTÃO ABERTAS' at the top, followed by a subtext 'NOVO CANAL É LANÇADO PARA FACILITAR AINDA MAIS A COMUNICAÇÃO ENTRE O NUCLEUS E SEUS PARTICIPANTES'. Below this, there's a paragraph about the new channel and its benefits. The right page features a large blue graphic for 'nucleus express' with a delivery truck icon. At the bottom, there's a box with contact information for Nucleus.

nº 41 | 13/09/2012

A newsletter titled 'nucleus express' featuring a blue envelope icon with a document and a pencil. The main content discusses the appointment of a new director for the Nucleus of Benefits at INB Recife, featuring quotes from Maria Aparecida and Cláudia Fróes, and details about the event.

nº 42 | 14/09/2012

 INFORMAÇÃO ELETRÔNICA DO NÚCLEO - ANO X - Nº 02 - 12 de maio de 2012	
ERRATA AO NUCLIN Nº 67	
Especial Empreitados	
(NOVAS REGRAS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2012)	
<p>A presente ERRATA objetiva verificar parcialmente o caderno Especial Empreitados, devido a um erro de digitação na base de Escritórios Financeiros.</p>	
PARA S:	
<p>01) Para os ativos e antroposféricos... (base dia 01/05/19942005) (com base no uso comercial, que é o uso mais comum das empresas, ou seja, quando o uso é direcionado para a realização de lucro, com o resultado de lucro das mesmas 30 dias, indistintamente), considera sobre o saldo devedor, e</p>	<p>01) Para os ativos e antroposféricos... (base dia 01/05/19942005) (com base no uso comercial, que é o uso mais comum das empresas, ou seja, quando o uso é direcionado para a realização de lucro, com o resultado de lucro das mesmas 30 dias, indistintamente), considera sobre o saldo devedor, e</p>
<p>02) Para os atendimentos... (base dia 01/05/19942005) (com base no uso comercial, que é o uso mais comum das empresas, ou seja, quando o uso é direcionado para a realização de lucro, com o resultado de lucro das mesmas 30 dias, indistintamente) sobrevalores sobre o saldo devedor e observar o seguinte:</p>	<p>02) Para os atendimentos... (base dia 01/05/19942005) (com base no uso comercial, que é o uso mais comum das empresas, ou seja, quando o uso é direcionado para a realização de lucro, com o resultado de lucro das mesmas 30 dias, indistintamente) sobrevalores sobre o saldo devedor e observar o seguinte:</p>
Valor de Empreitado	Dia da Seguro
Até 2,5 vezes o empreitado Até 2,5 vezes o empreitado	01/05/19942005 01/05/19942005
Valor de Empreitado	Dia da Seguro
Até 2,5 vezes o empreitado Até 2,5 vezes o empreitado	01/05/19942005 01/05/19942005

nº 43 | 18/09/2012

A newsletter "nuclep express" featuring a blue header with the title, a central column with text and images, and a sidebar on the right.

nº 44 | 24/09/2012

nº 45 | 25/09/2012

The image shows the front cover of the 'nucleus express' newsletter. At the top, the 'nucleus' logo is displayed in a stylized blue font with horizontal lines underneath. Below the logo, the word 'express' is written in a smaller, sans-serif font. A blue envelope icon is positioned to the right of the text. The main title 'NUCLEOS LANÇA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA' is centered in large, bold, black capital letters. Below the title, there's a graphic element consisting of a green arrow pointing upwards, with a small orange circle containing a dollar sign '\$' above it. The background of the cover features a light blue gradient.

nº 46 | 11/10/2012

nº 47 | 23/10/2012

The image shows the front cover of the Nucleus Express annual report for 2012. The title 'nuclín express' is at the top left, with 'nuclín' in a large blue script and 'express' in a smaller blue sans-serif font. To the right is a logo featuring a stylized white bird or plane flying over a globe. Below the title is the subtitle 'RELAÇÃO DE RENDIMENTO NUCLÉUS - ANO IV - Nº 22 - Edição de 2012'. The main heading 'NUCLEOS ALCANÇA GANHO LÍQUIDO DE R\$144 MILHÕES NO FECHAMENTO DO TERCEIRO TRIMESTRE' is prominently displayed in bold black text. Below it is the subheading 'Resultados da gestão do exercício no período de janeiro a setembro de 2012'. A detailed financial chart follows, showing 'META ATUALIZADA VS PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - EVOLUÇÃO ACUMULATIVA EM 2012'. The chart compares 'DÍTICA ATUALIZADA' (blue line) and 'PROGRAMA DE INVESTIMENTOS' (orange line) from January to September 2012. The Y-axis ranges from 0,00 to 21,00. The X-axis shows months from Jan to Sep. The chart includes labels for 'Mês Atualizado', 'Mês Programa', 'Mês Dívida', and 'Mês Dívida + 10%'. A legend indicates 'DÍTICA ATUALIZADA' as a blue line with circles and 'PROGRAMA DE INVESTIMENTOS' as an orange line with squares. Below the chart is a note about the revaluation of the investment portfolio by Risk Office. Further down are sections on 'PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NUCLEOS VS EFPCs - RENTABILIDADE ACUMULADA EM 2012 (AT SETEMBRO)' with a bar chart, and 'EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2012 (R\$ MIL)' and 'EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS EM 2012 (R\$ MIL)' with 3D bar charts. The bottom of the page features a small logo of two people and the text 'www.nucleos.com.br'.

nº 48 | 06/11/2012

nº 49 | 14/11/2012

nº 50 | 22/11/2012





GAP PRUDENTIAL

**VENCEDORA DO PRÊMIO 5 ESTRELAS
DA REVISTA VALOR INVESTE PELO
QUARTO ANO CONSECUTIVO.**

Prêmio 2010 | 2009 | 2008 | 2007



Revista Valor Investe

Invista seu patrimônio com segurança na GAP. Desde 1996, uma empresa independente na gestão de recursos de terceiros.

✓ Foco na preservação de capital

✓ Forte controle de risco

✓ Confiança e disciplina



Av. das Américas, 500 - BL. 18 - Lj 304 - Downtown - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro | CEP: 22640-100 | Tel.: (21) 2142-1940
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1726 - 20 andar - Itaim Bibi - São Paulo | CEP 04543-000 | Tel.: (11) 3077-1900

Acesse e conheça
os produtos GAP Prudential:
www.gapasset.com.br



RELATÓRIO ANUAL DO NUCLEOS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul - Centro
20.031-919 – Rio de Janeiro – RJ
www.nucleos.com.br

Este relatório foi produzido com 100% de apoio financeiro dos anunciantes.